



República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 139

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

I — ATA DA 181^a SESSÃO, 1º SENADOR JOSÉ FRAGELLI EM 19 DE OUTUBRO DE 1983

1.1. — ABERTURA 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nºs 193 a 195/83 (nºs 377 a 379/83, na origem), de agradecimento de comunicação.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Sugestões apresentadas por deponentes na CPI destinada a investigar a persistência da pobreza absoluta do Nordeste.

SENADOR ÁLVARO DIAS — Política econômico-financeira do Governo Federal. Apreciação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.045/83. Pontos para uma coesão nacional para superar a atual crise.

— Desenvolvimento das relações Brasil-Bolívia.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar (nº 168/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de Direito Tributário, e dá outras provisões. Aprovado nos termos de Subemenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça. À Comissão de Redação.

— Requerimento nº 793/83, solicitando urgência para o Requeri-

mento nº 784/83, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial que deverá ser formada de 11 Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País. Votação adiada por falta de quorum, após usar da palavra o Sr. Gastão Müller.

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo território nacional. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 39/83, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% para os servidores públicos federais, e dá outras

Ata da 181^a Sessão, em 19 de outubro de 1983

1^a Sessão Legislativa Ordinária, Da 47^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Almir Pinto
e Martins Filho.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Luiz Calvante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimentos de comunicação:

Nº 193/83 (nº 377/83, na origem), de 18 do corrente, relativa à promulgação do Decreto Legislativo nº 75, de 1983.

Nº 194/83 (nº 378/83, na origem), de 18 do corrente, relativa à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 404 e 476, de 1982; 345, 359, 284 e 289, de 1983.

Nº 195/83 (nº 379/83, na origem), de 18 do corrente, relativa à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 198, 266, 267, 270, 280, 273, 274 e 281, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — O Expediente lido vai à publicação.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 70/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 337/81, de autoria da Comissão Especial do Júri Popular, que altera dispositivo do Código de Processo Penal. Discussão sobreposta por falta de quorum, para votação do Requerimento nº 800/83.

— Projeto de Lei da Câmara nº 115/83 (nº 5.978/82, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, que autorizou a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOÃO LOBO — 16º Congresso de Informática, ora em realização na cidade de São Paulo.

SENADOR MILTON CABRAL — Telex recebido do Secretário de

Agricultura do Estado da Paraíba, sobre o caráter descabido de exigências que estariam sendo feitas pelo Banco do Brasil para a renegociação dos débitos dos produtores rurais.

SENADOR PASSOS PÓRTO — Retorno da Polícia Rodoviária Federal aos quadros do Ministério da Justiça.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — “Carta de Diamantino”, como conclusão do 1º Ciclo de Estudos Legislativos do Nordestino-grossense, recentemente realizado na cidade de Diamantino — MT.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Êxito alcançado pela lavoura fumageira do Município de Arapiraca — AL.

SENADOR MÁRCEO MIRANDA — 5º aniversário da criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

SENADOR MÁRIO MAIA — Considerações sobre o déficit do Sistema Nacional de Previdência Social.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Discurso proferido pelo Ministro Hélio Beltrão por ocasião da última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 182ª SESSÃO, EM 19 DE OUTUBRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 806/83, do Senador Itamar Franco, solicitando

do o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 184/82, de sua autoria, que submete à prévia autorização legislativa a participação das Forças Armadas em operação internacional. Aprovado.

— Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983 (nº 118/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argenina Democrática e Popular, concluída em Brasília, em junho de 1981. Aprovada. À promulgação.

— Projeto de Lei da Câmara nº 111/83 (nº 6.783/82, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede Pensão Especial a Tereza Maria de Souza Corrêa e dá outras providências. Aprovado. À sanção.

— Projeto de Resolução nº 111/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná, a elevar em Cr\$ 1.794.315.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, trezentos e quinze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. À Comissão de Relação.

3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Carlos Alberto, proferido na sessão de 18-10-83.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, por permuta com o nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Durante este ano legislativo de 1983, coube-me a honra de participar, na qualidade de relator, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa obter elucidações sobre as causas da persistência da pobreza no Nordeste.

Os trabalhos da mencionada comissão, presidida pelo nobre Senador Alberto Silva, ainda em sua fase inicial e uns poucos especialistas puderam dar-nos o seu depoimento sobre os principais problemas que assolam aquela Região, que representamos nesta Casa.

Os debates travados entre os participantes desenvolveram-se no ambiente restrito de uma comissão, mas foi inúmeras vezes enfatizada a necessidade de fazê-los escoar além daqueles muros de molde a sensibilizar, em plenário parlamentar, um maior número de políticos capazes de desenvolver uma ação mais ampla e eficiente de conscientização nacional sobre a necessidade de vir em socorro do Nordeste, de maneira definitiva e planejada e não apenas paternalista e emergencial.

É nosso intento, a partir deste pronunciamento de hoje, compartilhar com os nobres Senadores da República algumas das informações, dados e sugestões obtidos naquele recinto e que nos chegaram através de figuras representativas, dentro do contexto daquela problemática.

Começaremos pelo depoimento do Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Camilo Calazans, que foi pródigo em cifras, dados e sugestões, que merecem uma maior divulgação.

Partiu ele de uma observação pertinente: a de que a preocupação dos homens públicos e do povo em geral tem sido muito dirigida aos problemas conjunturais relativos às taxas de juros, à inflação e ao desemprego, quando o grande problema da humanidade, que até hoje não teve uma solução adequada, é o do problema da disparidade de renda, não só entre os países, como também entre as pessoas. E este é, sem dúvida, um problema estrutural e observável também em outras latitudes, tal a freqüência do fenômeno nas estatísticas da ONU, por ele apresentadas.

Os números relativos ao Brasil e, especialmente ao Nordeste, mostraram, contudo, que o nosso País é um daqueles que ostenta os maiores problemas quanto à disparidade das rendas regionais. Na verdade, segundo dados de 1975, que parecem persistir, a Região Nordestina

detém 29,9% da população nacional e apenas 9,1% de nossa renda.

São destes números que partiram as afirmações, tão frequentemente repetidas, de que somos 30% da população do País e dele temos apenas 10% da renda.

E o pior é que, além desta enorme disparidade inter-regional, há ainda no Nordeste, uma profunda disparidade entre classes e pessoas.

É o deprimente espetáculo de uma região, que tendo como força de trabalho 11 milhões de pessoas, ostenta 38% (trinta e oito por cento), ou seja, 4.342.000 (quatro milhões, trezentos e quarenta e dois mil) de subempregados.

Um milhão e trezentos mil (1.300.000) nordestinos alimentam as estatísticas do desemprego aberto, do subemprego invisível e da mão-de-obra não remunerada.

A própria SUDENE, que foi um dos instrumentos que mais criou empregos no Nordeste, deve ter empregado, na melhor das hipóteses, um milhão de trabalhadores durante toda a sua história.

É evidente que se ela não foi suficiente até hoje para otimizar o mercado de trabalho, certamente não produzirá o milagre de corrigir no futuro, a carência de emprego para as 300 ou 400 (trezentas ou quatrocentas) mil pessoas que ingressam, anualmente, neste mercado no Nordeste.

Contestou o Dr. Camilo Calazans a opinião daqueles que julgam que o problema do Nordeste seria apenas o desenvolvimento agrícola, e que ele deveria desistir de seu desenvolvimento industrial, cuja procura representou, para alguns, o grande erro da SUDENE.

Demonstra ele que a alternativa é falaciosa e que a região precisa progredir nos dois setores.

É evidente que o Nordeste, pelas suas condições naturais e as peculiaridades de seu clima, não poderia ter uma vocação puramente agrícola.

Assim, se as tentativas neste setor da agricultura parecem ter produzido um aumento, isto se deve mais ao aumento da área cultivada do que propriamente ao acréscimo da produtividade.

Na opinião do entrevistado, globalmente, não se aumentou nem se aperfeiçoou a atividade agrícola no Nordeste.

Um dos fatores que inibiram este crescimento foi certamente o fundiário, ou seja, a má distribuição das terras.

Mostram os números de 1980, que 70% (setenta por cento) das propriedades rurais de nossa região possuíam apenas 5% (cinco por cento) de área agricultável, enquanto que as grandes propriedades de 1000 a 10.000 hectares representavam 23% (vinte e três por cento) destas terras.

É inegável que isto se deve também aos problemas da seca e às necessidades de irrigação, que, segundo muitos, é a única atitude decisiva para se resolver o problema agrário na região.

Seria desejável uma política que procurasse irrigar os melhores solos, fazendo deles os grandes pólos de desenvolvimento da agricultura nordestina no sentido da lavoura, ou mesmo da pecuária intensiva.

Já se fez alguma coisa, no Brasil, em busca desta desejada irrigação, mas os resultados ainda são parcios.

Para o Presidente do Banco do Nordeste, a irrigação, entre nós, não deveria fugir às suas características em outros países, isto é, ela deve ser um investimento social, pago pela sociedade e executado pelo Governo e não subsidiado pelo próprio agricultor usuário.

Não faltam, como exemplos probantes neste sentido, o que se fez na China, na Índia, nos Estados Unidos, no México, na Argentina e no Japão.

Ora, se não se fez nada realmente sério para se efetivar a irrigação no Nordeste, não se pode tampouco dizer que lá a agricultura é inviável.

A opção do depoente pela iniciativa pública, na região semi-árida do Brasil, foi bem enfatizada, ao mostrar que só se consegue promover o desenvolvimento de regiões periféricas marginais e de menores atrativos se houver intervenção do Governo. Este deve disciplinar, intervir e estimular a iniciativa privada a investir em regiões mais pobres.

Os números mostram também que o Governo Federal não se esforçou, realmente, em investir mais no Nordeste.

Não se contesta, contudo, que o Governo tenha investido naquela região, mais do que lá arrecada. Mas não o fez a ponto de corrigir o desnível Norte-Sul, nem mesmo de simplesmente atenuá-lo. E assim não é difícil concluir que razões da miséria no Nordeste são as deficiências estruturais e a falta de um esforço real no sentido de reduzi-la substancialmente.

E deste modo, continua o Nordeste a vender produtos para o exterior, mas a preços nacionais e pouco compensadores.

E a pagar mais caro do que se os importasse os produtos do Sul que ele tem de comprar.

O mecanismo de incentivos da SUDENE, industrializou o Nordeste com equipamentos adquiridos do Sul e veio a ser também para esta rica região do Brasil um negócio vantajoso, pois que vendeu equipamentos ao Nordeste a preços mais altos que os do mercado internacional.

Mas, segundo Calazans, o que não se pode contabilizar, mas é altamente injusto, é a exportação de gente que o Nordeste faz para o Sul. Seria interessante reproduzir na íntegra esta passagem do depoimento do Presidente do Banco do Nordeste na CPI relativa a nossa região. Dizia ele:

"Acho que, infelizmente, não está contabilizado aí a exportação de gente que o Nordeste faz para o Sul. Mas esta é a exportação pior do mundo, porque o exportador não ganha nada, pelo contrário, só tem ônus. todo nordestino que chega a São Paulo, custa a nós, que lá ficamos precariamente, alimentar este menino, dar-lhe uma educação, talvez ruim, mas dispendiosa. E quando todos os gastos são feitos, o mandamos lá para o Sul, que o recebe de graça. Isto também não está contabilizado. Mas seria uma parcela da dívida social do Sul para com o Nordeste."

E Calazans comentou o fato, valendo-se de um exemplo noticiado pela imprensa.

Segundo ele a imigração de judeus russos se pode fazer para Israel.

A Rússia não a proíbe, mas exige que o Governo de Israel a reembolse pelas despesas feitas com o emigrante em termos de alimentação e estudos...

Sem criticar os instrumentos já existentes para gerir os problemas nordestinos, o Presidente do Banco do Nordeste acha que a instituição que dirige é da maior importância.

Considera-o melhor até que os incentivos fiscais, que só representam realmente uma vantagem quando são privilégio para uma região. Quando eles se generalizam e se disseminam a outras partes do país perdem o seu interesse, como é o caso, atualmente, no Brasil.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com o PROTERRA, que deixou de ser um recurso acrescido para o Nordeste, tendo-lhe sido retirados os incentivos fiscais.

Os incentivos fiscais, na sua totalidade e relativamente ao período de 20 anos, compreendido entre 1962 e 1982, poderiam ter rendido para a SUDENE, em termos reais, quatro trilhões de cruzeiros, mas na região só entraram um trilhão, duzentos e dezesseis milhões. Referindo-se a inúmeros outros fatores de empobrecimento indevidos do Nordeste, Calazans vê outra razão para a pobreza

da região, na sua falta de poder político durante todo este tempo, para convencer a sociedade brasileira de que deveria ser prioridade nacional.

Quanto ao papel representado pelo banco do nordeste, as cifras são importantes, pois, espera-se que ele chegará ao final do ano com mais de um trilhão de cruzeiros aplicados, em todas as linhas de crédito, a saber, crédito industrial, crédito para infra-estrutura, crédito rural, crédito geral e câmbio.

Verifica-se que o Banco cresceu mais no setor de financiamentos a longo prazo, de investimentos de infra-estrutura do que mesmo no setor comercial.

Entre as razões de seu grande desenvolvimento como instituição de crédito para o Nordeste, foram apontados os fatos de só ter funcionários admitidos por concurso público e o fato de ser um banco misto e não, como muitos outros hoje em crise, um banco de investimentos simplesmente.

Os debates da Comissão confirmaram o que já se dizia, isto é, que o Governo Central gastou com o Plano de Emergência contra a seca, no Nordeste, em 1982, exatamente os recursos que retirou dos programas especiais do Banco do Nordeste. Houve, pois, nos gastos com a seca uma transposição de recursos, tendo o próprio Nordeste pago as despesas que com ele fez a União.

Perguntado sobre as medidas que sugeria para alterar a situação inferior do Nordeste, o ilustre depoente se pronunciou por algumas:

Propôs uma reforma tributária, mas não de modo linear. Sugeriu uma lei que dê privilégios ao Nordeste, pois só eles poderiam corrigir as forças de mercado.

Aconselhou também o disciplinamento do sistema bancário. As concessões governamentais aos bancos deveriam fixar-lhes condições, entre as quais uma, no sentido de se exigir que um determinado percentual de seus recursos fosse forçosamente aplicado no Nordeste.

E não quis se aventurar em outras sugestões legislativas por considerá-las de nossa competência.

Mas, no final de sua exposição, fez um comentário interessante e constrangedor, dizendo:

"Há poucos dias eu afirmei numa reunião de universitário em Fortaleza, em que havia muitos representantes da Oposição, que, na verdade, quem tinha vencido a greve dos metalúrgicos de São Paulo, em busca do que eles achavam que era a melhor condição, não tinha sido a repressão, mas sim a existência de nordestinos pobres, que lá estavam desempregados, e que correram para as filas das fábricas quando foram desempregados os grevistas."

Srs. Senadores,

Esta foi a maneira que esta autoridade encontrou para chamar a atenção sobre o Nordeste, mostrando que a solução de seus problemas interessa a toda a Nação, às classes empresariais do Sul do país, às classes trabalhadoras e também às classes políticas.

Mas não deixa de ser deprimente e humilhante ver que o retirante nordestino empresta facilmente a sua força de trabalho, sem ter uma exata noção de seu valor humano e sua dignidade pessoal.

Não podemos ficar indiferentes a tanta espoliação, a tanta pobreza e a tanta inação.

Pois ninguém sabe até quando poderá durar a sua resignação ante o destino, que trata os seres humanos de maneira tão desigual, na Terra de Santa Cruz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos meses pronunciei, nesta Casa, um discurso onde defendia a tese central de que a rejeição do Decreto-lei nº 2.045 não seria apenas a negativa popular (representada no Congresso) um ato isolado de política econômica, mas um forte e visível sinal de que a Nação realmente quer novos objetivos, novos rumos e novos instrumentos para recuperar-se da crise e reencontrar os caminhos para um desenvolvimento mais eficiente e mais justo social e politicamente.

Os fatos evoluíram. Inúmeros revezes foram colhidos na área externa e interna dessa política de crise; aumentou o descontentamento popular, com a situação objetiva e com os que tentam, sem sucesso, manejá-la. Aí estão os resultados da pesquisa da Folha de S. Paulo e de várias outras sondagens de opinião pública para demonstrá-lo. Tudo isso mostra também a correção e a justezza daquela nossa tese. E tem levado, nas últimas semanas, à várias tentativas de composição política, a propostas mais ou menos consentâneas com a realidade e com as aspirações nacionais. E é chegado o momento de tomar decisões de uma amplitude histórica nunca antes alcançada nesta Casa.

Sé não vejamos. À época, os responsáveis pela formulação da política governamental — desde o Presidente da República, até os menos evidentes executivos das agências econômicas — reiteravam que a solução do lado externo da crise era mais importante. Todo esforço deveria ser concentrado nas negociações dos quatro projetos e na manutenção das boas relações com o FMI, de acordo com o arquétipo de soluções concebido pela equipe econômica do Governo. Entretanto, sucederam-se marchas e contramarchas, cartas de intenções foram cuidadosamente redigidas, revisadas, trocadas, alteradas e substituídas; medidas variadas de política econômica interna foram experimentadas para cumpri-las. E o que resultou?

Se medirmos bem e cuidadosamente, os resultados são pelo menos desanimadores. As dívidas continuam crescendo — tanto lá fora como aqui dentro — e diminuem nossas condições de dominâ-las; o FMI negocia, enriquece posições e suspende o repasse de dinheiro; os banqueiros internacionais se inquietam ainda mais; os governantes dos países credores se vêem mais pressionados; e nós todos ficamos ainda mais angustiados, com o desemprego, a inflação e a falta de perspectivas.

Não obstante, já aquela época, contrapunhamos que a solução dos problemas externos teria que passar, inelutavelmente, pela superação da crise estrutural interna. E isso era e é acacianamente óbvio. Nenhuma nação pode negociar com outra nação, ou com outras entidades econômicas e políticas, sem uma forte base interna de sustentação política.

Todos sabemos que, em boa parte, as relações econômicas entre os países chamados de credores e devedores estão entravadas pela natureza do sistema financeiro e comercial internacional. E esta é uma questão essencialmente política, a ser resolvida por negociações entre governos e mesmo entre grupos de países. Mas, por outro lado, o caso brasileiro é uma parcela importante deste problema maior e requer soluções específicas que até podem servir de marco para aquelas negociações.

Há, em contrapartida, um temor generalizado de que o Brasil enverede pelas formas tradicionais de moratória; argumenta-se que isto poderia acarretar cataclismos tanto para nós como para o sistema financeiro internacional em geral, e para o americano em particular. Não obstante, as formas — também convencionais — de negociações, que nossos dirigentes estão adotando, tampouco estão levando o barco a águas tranqüilas; como disse an-

tes, todos continuam apreensivos com o rumo dos acontecimentos.

Em especial porque, a continuarmos na atual trajetória, a recessão, que já é das maiores de todos os tempos, e os riscos de regressão econômica tenderão a aprofundar-se com graves consequências sociais, e em boa medida; porque o País está estrangulado externamente. Os rombos são cada vez maiores e fica cada vez mais difícil tapá-los pelos meios convencionais. E isto afeta no essencial a capacidade de recuperação da economia brasileira e, num círculo vicioso, a confiança dos credores sem que se encontrem soluções para seus próprios problemas.

Alguns economistas já argumentaram que para retomar o crescimento seria necessário provocar um espacial arrocho salarial visando gerar excedentes capitalizáveis para realizar novos investimentos e voltar a expandir a produção. Isto, contudo, equivaleria a um verdadeiro suicídio político e social. Absolutamente, não é sequer pensável.

Por isso, é imprescindível buscar novos caminhos. E o Brasil pode e deve buscá-los, principalmente porque é um País grande, com recursos humanos apreciáveis, recursos naturais abundantes e, principalmente, porque tem uma estrutura econômica com sólidos potenciais, que não podem ser desbaratados nesta insânia recessiva e inflacionária.

E aí está o essencial daquela base interna de sustentação política, necessária para recolocar em novos termos as negociações externas. Um banqueiro paulista, profundo conhecedor dos meios financeiros internacionais, já declarou a um jornal que "é evidente que precisa haver vontade política dos negociadores brasileiros na hora de delimitar o campo de interesses conflitantes. Estaria faltando ao País barganhar condições melhores de renegociação mais ampla da dívida, passando por novas condições de pagamento de juros e amortizações." E nisto ele se aproxima das teses de Celso Furtado a respeito do tipo e da forma de moratória que o Brasil poderia propor. E que depende, sem subterfúgios, de se encontrar condições para recuperar internamente a economia e alcançar uma coesão nacional suficiente para vitalizar o poder de barganha lá fora.

E esta base tem um só fundamento: o respaldo que a Nação der ao Governo, através da adesão de seus vários segmentos sociais a uma política global de desenvolvimento que corresponda aos seus reais interesses.

Contristados, porém, vemos que o que se está fazendo é justamente o contrário. A cada medida tomada, a cada proposta apresentada pelo Governo ou por seus aliados, a cada intenção revelada, aumenta a controvérsia e o dissenso. Porque estas políticas não têm nenhuma correspondência, não têm nenhuma representatividade, em face das reais necessidades e desejos da população. No fundo, é bem de sua natureza o que de principal se está conseguindo: transformar calorias essenciais à população em dólares para pagar o serviço da dívida externa e em cruzeiros para pagar a dívida interna, à custa de desemprego, cortes de salários e aumentos de preços e tributos.

E o Decreto-lei nº 2.045 é uma síntese aterradora desta política.

Não só pelo seu teor, como pela maneira como vem sendo planejada a sua tramitação no Congresso. Numa palavra, este decreto-lei é iníquo. Pretende retirar do essencial à mera sobrevivência do trabalhador, recursos para alimentar uma falaciosa poupança que não se transformará jamais em novos meios de vida para a população. Porque não há alternativas válidas e efetivamente montadas para fazer isto. Porque assenta num pressuposto falso que os custos do trabalho alimentam a inflação; e no sofisma de que salários menores são capazes de gerar mais empregos.

Seu encaminhamento ao Congresso também revela seu caráter autocrático. Avaliando equivocadamente seu potencial de pressão, o Governo deu por irredutível a imperiosidade de sua aprovação; desde argumentos despropositados, como o de que seria imprescindível às negociações com o FMI, até desabridas ameaças, como as de que sua rejeição provocaria crises institucionais, foram jogadas na face do Congresso, tentando atribuir-lhe responsabilidades no caso de fracassos das negociações externas e de agravamento das condições internas. Estes fracassos e agravamentos, no entanto, estão ocorrendo independentemente de o Congresso aprovar ou não o Decreto-lei nº 2.045.

Verificado o equívoco, entretanto, o Governo passou a admitir alternativas. Não propriamente as de negociação; as divisões internas da equipe do Executivo e as divergências a nível partidário não deram ao Governo segurança de que poderiam entrar para vencer numa negociação. E vencer parece ser a única coisa que vale; e não encontrar saídas efetivas para a crise. Tentam-se manobras regimentais espúrias, para dobrar o Congresso; mas a rejeição do Decreto-lei nº 2.045 demonstra que também isto é difícil. A Nação não as aceita.

Por isso, é essencial repetir mil vezes se for preciso: só, há o caminho das negociações. Não para aprovar uma política salarial notoriamente lesiva aos interesses dos trabalhadores e do País; este ponto é inegociável; não se pode barganhar com o sacrifício do brasileiro.

O que se tem a discutir — uma vez assente que não há como retirar do povo parcelas essenciais à sua sobrevivência — é o que fazer para colocar em novos trilhos o desenvolvimento nacional. E o que fazer não é este elenco de sofismas embrulhado no pacote do "Grupo dos Onze"; embora alguns pontos de sua proposta coincidam com as alternativas apresentadas pelas Oposições, no essencial ela defende a manutenção da política de arrocho salarial e de maiores sacrifícios para as camadas mais pobres da população. E isto não pode ser admitido, e nos leva a pensar que, apesar das aparências, este grupo mais parece uma seleção cuidadosamente escalada para fazer gols contra o trabalhador brasileiro.

O que se tem a discutir, portanto, não é se os salários serão cortados de um jeito ou de outro. O que é preciso discutir é algo muito maior; é como se fará para retomar o crescimento econômico, para estancar a inflação e o descalabro da ciranda financeira, para reiniciar investimentos produtivos e acompanhar o progresso tecnológico que se acelera em toda parte, menos aqui.

O que se tem a discutir é uma completa reestruturação do sistema financeiro e fiscal. É colocar a finança a serviço da produção e não o contrário. É distribuir os ônus da estabilização equitativamente, progressivamente, de acordo com o nível de renda e o tipo de rendimentos das pessoas físicas e jurídicas. É desencadear, desde logo, uma revisão da estrutura fiscal, para fortalecer a federação e dar aos Estados e Municípios efetiva capacidade de atender às necessidades básicas da população. É apoiar a agricultura para alimentar os crescentes contingentes urbanos desfavorecidos.

O que se tem a discutir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é o encaminhamento de uma ampla reforma institucional, através de uma representativa e legitimadora Assembleia Nacional Constituinte, que viabilize a formulação e condução de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, mais justo socialmente, mais eficaz economicamente, mais democrático politicamente. O que é fundamental debater é a implantação de um efetivo sistema de controle público das ações governamentais, que assegure a consonância de seus atos com os reais interesses nacionais e populares. E isto é indissociável da discussão de meios e formas de se chegar a um novo estilo político de desenvolvimento: fundado na eleição direta do Presidente da República; fundado na consolidação do sistema partidário, em que fiquem bem identificados e

ativos os seus programas, os seus comportamentos, e democratizadas as suas organizações, para que se acabem os arranjos de cúpula, os condicionamentos de votações, os fechamentos de questão, sem audiência dos quadros partidários, fundados na livre estruturação e organização de todos os segmentos da população, para uma participação política ativa que estimule e até controle a lisura dos procedimentos dos partidos e dos seus representantes, para evitar, naturalmente, casos como aquele que ontem ocorreu, provocando insatisfação não apenas nas galerias, mas, sobretudo, entre os parlamentares que não foram consultados, que não foram ouvidos, para que a medida de adiamento da votação fosse decretada pelas lideranças dos partidos políticos.

Estes são, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os pontos reais em que se pode alcançar uma substancial coesão nacional para vencer a crise. E novamente reitero a tese de que a rejeição do Decreto-lei nº 2.045 — e mesmo da própria essência de políticas de renda de caráter restritivo — não é um ato terminal, mas, sim, um novo começo, um novo ponto de partida para a construção da democracia brasileira, para fundar os alicerces de uma nova ordem econômica, mais livre, mais justa, mais eficiente. Este é o escopo das oposições; esta é a razão por que nos dispomos, com responsabilidade, com senso de civismo, com olhos no futuro e firmes no nosso compromisso com a História, a nos empenhar em negociações, em nos entregar à tarefa de traçar novos caminhos para a Nação.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS — Concedo o aparte a V. Ex^e, sobre Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Senador Álvaro Dias, quando V. Ex^e começou o seu discurso, eu estava, eventualmente, na Liderança do nosso Partido, e por isso eu me congratulo com V. Ex^e em nome dessa Liderança, pelo belo trabalho que acaba de apresentar, como sempre o faz. Mas quero fazer uma ressalva quando V. Ex^e diz que, ontem, no episódio do 2.045, as Lideranças de todos os partidos, conjuntamente, deliberaram adiar a votação para hoje, e aí faz uma pequena e educada crítica à decisão das lideranças. Não tenho, como disse, procuração nem delegação dos líderes para defendê-los, mas admito a hipótese de que subentende-se que os líderes têm delegação dos líderes para decidir. De modo que a decisão dos líderes de todos os partidos, ontem, para votar hoje o 2.045, foi uma determinação do consenso de todos os partidos, todos eles estribados no princípio de que sendo eles líderes estão com delegação dos líderes para decidirem, e assim decidiram, e acho que decidiram certo.

O SR. ÁLVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Ex^e, sobretudo as palavras elogiosas.

Quero dizer a V. Ex^e que também não discordo da decisão adotada pelos líderes dos partidos políticos, ontem, no Congresso Nacional, mas discordo da forma como ela se deu. Nem mesmo os Vice-Líderes do nosso Partido, no Senado, por exemplo, foram ouvidos, foram consultados, para que essa decisão pudesse significar realmente a vontade da maioria parlamentar aqui ontem representada.

Digo a V. Ex^e que nem mesmo os Vice-Líderes foram consultados, porque alguns deles, no momento em que a Liderança do partido comunicava a decisão, procuravam saber quais os motivos daquele posicionamento da Liderança partidária. Por essa razão, sobre Senador, entendo que qualquer decisão da maior responsabilidade, como aquela de ontem adotada pela Liderança do nosso Partido, não pode ser assumida sem antes uma consulta mais ampla, ou pelo menos uma informação mais concreta e efetiva àqueles que estão aqui, sim, para respaldar as atitudes daqueles que lideram o nosso Partido.

O Sr. Gastão Müller — V. Ex^e, Senador Álvaro Dias, não admite a hipótese de que houve falta de tempo, nessa correria nos bastidores do Congresso Nacional, não houve tempo dos líderes consultarem seus liderados. Eu sou vice-Líder do PMDB e também não fui ouvido, mas nem por isso me sensibilizei, porque confio na atuação do Senador Humberto Lucena e sei que S. Ex^e tomou uma decisão que o bom senso indicava. Não acho nada de mais que a decisão fosse tomada como o foi, principalmente em função da correria, da falta de tempo. Imagine V. Ex^e que se todas às vezes fosse preciso convocar os vice-líderes para tomar uma decisão como essa, não haveria tempo suficiente para tanto.

Quero me fixar simplesmente na seguinte tese: nós delegamos aos líderes o poder de decisão, temos que confiar nas nossas lideranças. Assim, em todos os partidos. Se todas às vezes em que se for tomar uma decisão, for preciso reunir para consultar o Líder, então não funcionará, não terá sentido a liderança de um cidadão, no caso nosso, o Senador Humberto Lucena. Respeito democraticamente o ponto de vista de V. Ex^e, não quero modificar-lo mas apenas ressaltar e ressalvar a posição da Liderança, embora não tenha a delegação para defendê-la, simplesmente por questão de bom senso e de critério de enfocar o programa.

O SR. ÁLVARO DIAS — Nobre Senador, não estou, com esta manifestação, demonstrando desconsideração para com o Líder Humberto Lucena, a quem respeito, muito considero e naturalmente sempre aqui estarei para dar respaldo às suas decisões. No entanto, a alegação da falta não procede, já que, ontem, da tribuna, se comunicou que esta decisão foi adotada às 17:00 horas. Não me parece difícil, mesmo porque, tivemos essa experiência na Câmara dos Deputados, pertencendo ao colegiado de líderes, no qual em nenhum instante, com maior premência que existisse, se adotava posicionamento algum em nome do partido, sem pelo menos ouvir o colegiado de líderes. Por esta razão, nós nos manifestamos aqui, não no sentido de repreender a Liderança do nosso Partido, mas numa crítica construtiva, com objetivo de fazer com que o nosso Partido possa caminhar coeso na luta em defesa dos interesses populares. Se faço esta manifestação da tribuna do Senado é porque ontem colhi, no plenário do Congresso Nacional, a mais viva insatisfação em relação à forma como procederam as Lideranças dos partidos de oposição ao adotarem um posicionamento sem sequer comunicar aos seus liderados, especialmente aos vices-líderes, as razões desse posicionamento.

Muito obrigado pela compreensão de V. Ex^e, muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PMDB — MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em visita ao Brasil encontra-se o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia José Ortiz Mercado, que veio ao nosso País tratar não apenas da renegociação da dívida boliviana para com o Brasil, como de assuntos ligados às relações entre os dois países, ao fortalecimento do intercâmbio brasileiro-boliviano, além do estudo de projetos nas áreas de infra-estrutura rodoviária, portuária, dragagem e de outros problemas importantes não só para a Bolívia como para o Brasil também.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já um tanto desatualizada neste particular se encontra a obra de Jacques Lambert denominada "Os dois brasis". Neste trabalho, o autor francês ressalta que poucas são as regiões do Mundo em que a contigüidade dos territórios tenha determinado tão pouco intercâmbio, tão reduzidos contatos e tão poucas uniões permanentes, como as que vigoram entre as 14 repúblicas sul-americanas. Realmente, mostra Jacques Lambert como, por exemplo, o Brasil, apesar de fa-

zer lide com todos os países da América do Sul, exceção ao Chile e o Equador, vive praticamente de costas para a grande maioria deles, essas nações, umas voltadas para o Pacífico e outras voltadas para o Atlântico, dão-se as costas e quase não mantêm relações recíprocas.

Na atualidade, a Bolívia é uma nação que tem interesse particular e acentuado para o Brasil. Quem melhor o mostrou, num estudo admirável — talvez para mim, que pouco entendo da matéria — foi Mário Travassos. No melhor livro sobre geopolítica sul-americana e brasileira — a obra "Projeção Continental do Brasil", publicada em 1928.

Como o livro de Jacques Lambert, em tantas passagens, o admirável estudo de Mário Travassos naturalmente já está superado pelos anos, mas as linhas essenciais que o escritor traça para a política de comunicação do Brasil no continente sul-americano, essas linhas permanecem e — a meu ver — o Brasil deveria reiterar os seus esforços para manter essa política gizada no livro do então Capitão Mário Travassos, que chegou a general do nosso Exército.

Sr. Presidente, mostra Mário Travassos em sua obra como o Planalto Boliviano é realmente o coração da América do Sul, porque todas as comunicações possíveis entre a área atlântica e a área do Pacífico têm que passar pelo Planalto Boliviano, têm que demandar e têm de superar as linhas sinuosas dos altos vales andinos, para que se façam as comunicações entre as duas partes do Continente, a do Pacífico e a do Atlântico.

Realmente, a Bolívia é, como território, o fulcro de todas as comunicações possíveis do nosso Continente, sem falar de sua importância como um dos territórios mais ricos em minerais — estanho, chumbo, zinco, enxofre, cobre, prata, tungstênio e muitos outros sem falar no seu petróleo. O petróleo boliviano não é abundante, como também ainda não é tão abundante — acredito esteja avaliado, mas não proclamado — o seu potencial em gás natural.

Quando vim para esta Casa tinha o propósito de fazer um levantamento sobre a possibilidade de a Bolívia fornecer petróleo sobretudo a Mato Grosso — e quando falo em Mato Grosso, falo no nosso velho Mato Grosso, em Mato Grosso do Norte e em Mato Grosso do Sul — inclusive para dar sustentação econômica à ferrovia Corumbá — Santa Cruz de la Sierra, que hoje, mantida pela Bolívia, se encontra em situação assaz precária. No tempo de Getúlio Vargas, sem dúvida atendendo a muitas das sugestões dos geopolíticos brasileiros, a começar por Backeuser, e outros, o Brasil realizou duas grandes obras no território de Mato Grosso: primeira, a continuação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, projetando por sobre os pantanais mato-grossenses os trilhos dessa Ferrovia até Corumbá, e com grande esforço, levando-a a Santa Cruz de la Sierra, se não me engano 664 km entre Corumbá e Puerto Suárez, cidades vizinhas na fronteira brasileiro-boliviana, Santa Cruz que é a capital do Oriente boliviano cuja importância para o Brasil para nossas futuras relações comerciais, econômicas e culturais, já destacava, com tanta propriedade e conhecimento notável, o citado Mário Travassos, como daqui a pouco relatarei aos nobres colegas, segunda, a ferrovia Campo-Grande — Ponta Porã, na fronteira do Paraguai, infelizmente não podendo o nosso País levar as paralelas dessa ferrovia até pelo menos à margem esquerda do Rio Paraguai, na altura de Assunção.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Concedo com muito prazer a palavra a V. Ex^e.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador José Fragelli, ouço V. Ex^e com os aplausos que merece um debate dessa importância. Eu acho que a História Diplomática do Brasil sempre foi feita no sentido de defender e cultivar a

amizade Brasil-Bolívia, sobretudo porque a Bolívia tem sido um país espoliado e perseguido ao longo dos tempos. V. Ex^o sabe, muito bem, que o Barão do Rio Branco teve uma preocupação imensa com a delimitação, da fronteira Brasil-Bolívia, em salvaguardar e cultivar a amizade entre os dois países, o que culminou, logo depois, já ele morto, com o Ato do Rio de Janeiro e com o Acordo de Roboré. Acho que o discurso de V. Ex^o traz o debate um dos pontos mais importantes que o Brasil tem de perseguir e cultivar, que é o intercâmbio entre os dois países, não só por causa do gás, que é absolutamente indispensável para nós neste instante, por causa de problema geopolítico, mas, sobretudo, porque é uma nação que tem sido perseguida ao longo dos tempos. Perdeu a sua frente para o Pacífico, e, em todas as lutas, a Bolívia sempre perdeu parte da sua área. De modo que V. Ex^o recebe, neste instante, a nossa solidariedade e a certeza de que o Senado tem o dever de examinar e aprimorar as relações Brasil-Bolívia.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Eu agradeço o aparte de V. Ex^o, que vem dar uma força particular ao meu modesto pronunciamento.

Não sei se por ser filho de Corumbá, cidadela situada a apenas a 12 km da fronteira boliviana, onde o Arroio Conceição separa terras do nosso País do território do país amigo e vizinho, não sei se é, digamos assim, esse apelo telúrico, que me fizeram sempre voltar a atenção para as nossas relações com a Bolívia. Quando Governador, eu procurei incentivar, por todas as formas, o intercâmbio entre os dois países. Fui convidado pelo Chefe do Departamento de La Paz — um departamento na Bolívia equivalente a um Estado Brasileiro — e fui com uma comitiva. Fiz uma visita assaz proveitosa àquele País, quando tive, então, na oportunidade, a honra de contar com a presença de vários membros do Governo e do Congresso inclusive, a do nobre Senador Gastão Müller, que aqui se encontra, e poderá dar o seu testemunho, de como fomos bem recebidos na Bolívia, de braços abertos, pelo então Presidente Hugo Banzer, que usou mais ou menos esta frase:

"Sr. Governador, uma visita como essa, vale mais do que toneladas de papéis diplomáticos entre os dois países".

Uma segunda vez fui, com outra comitiva, à Santa Cruz de La Serra, com a incumbência de representar o eminente Chefe da Nação, Presidente Ernesto Geisel, na comemoração dos 250 anos de Santa Cruz de La Sierra. No entanto, pude ver que esse esforço que o Governo de Mato Grosso fazia não era tão bem recebido, aqui, pelo Itamaraty. Inclusive cheguei a ser chamado pelo Ministro das Relações Exteriores, que, delicadamente, me fez ver que essas iniciativas do Governo de Mato Grosso não eram bem recebidas, aqui, pela nossa diplomacia. Entretanto, o nosso embaixador na Bolívia nos deu apoio e nos disse que estávamos de tal maneira auxiliando a sua missão como Embaixador da Bolívia, que ele gostaria de ver repetidas visitas como essa.

Chegamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para estabelecer um maior estreitamento afetivo — digamos assim — entre as populações fronteiriças da Bolívia e do Brasil. Levamos, no meu Governo, a linha de transmissão que vai de Urupungá para Campo Grande e Corumbá, a Porto Suarez, não sem certa oposição diplomática, porque se dizia que uma linha de transmissão de energia elétrica, só poderia ser realizada em território estrangeiro, através da iniciativa dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores. Indagado, perguntei ao Ministério se iria derrubar os postes que já estávamos construindo, lançando a linha de energia elétrica para Porto Suarez. Disseram que não, mas não sabiam como o Brasil, as Centrais Elétricas de Mato Grosso iriam cobrar o fornecimento da energia. A resposta foi muito

simples: Colocamos um medidor no Consulado Boliviano, em Corumbá. Até, hoje, o melhor cliente das Centrais Elétricas de Mato Grosso é a Prefeitura de Porto Suarez, que jamais deixou de pagar a sua conta de energia à CEMAT.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Com muito prazer.

O Sr. Gastão Müller — Nobre Senador, queria esclarecer somente os pontos curiosos, pois estou percebendo que V. Ex^o não está pronunciando bem um discurso, e sim uma conferência que está motivando a platéia, porque Mato Grosso e Bolívia, para os Senadores, principalmente do Nordeste, parecem coisa diferente, entretanto, para nós, é um lugar comum. Mas há fatos curiosos a narrar. Por exemplo, o Embaixador a que V. Ex^o se refere, hoje é o nosso representante na Suécia, S. Ex^o, há poucos dias, apareceu numa fotografia, em uma coluna social, dançando com a Rainha da Suécia, que é brasileira. E o adido militar na Bolívia, na época Coronel de Cavalaria o tão afamado, tão falado, tão comentado, tão elogiado e criticado, naturalmente, General Newton de Oliveira e Cruz, hoje Comandante Militar do Planalto e até pouco tempo, Chefe do Escritório Central do SNI, em Brasília. Outro fato curioso foi quando estive, logo depois dessa visita à Bolívia em um audiência com o Presidente Emílio Médici. Comentou-se nessa conversa, a iniciativa do então Governador José Fragelli, de levar a energia elétrica, um ato, acima de tudo, de humanidade para com aquela modesta e pobre população de Porto Suarez, na Bolívia, para estabelecer ali uma característica da civilização moderna, que eles não tinha e nunca teriam por parte do seu governo, face a grande distância dos centros. Então, ele me disse o seguinte: não há problema algum. Se houver qualquer ocorrência com a Bolívia, é só desligar a luz de Corumbá, e acabar com o fornecimento a Porto Suarez — éramos os geradores e distribuidores da energia, simplesmente. De modo que sou testemunha de muitos fatos aqui narrados pelo então Governador José Fragelli e dessa recepção admirável que nós, mato-grossenses, mas acima de tudo brasileiros, recebemos por parte do governo boliviano, cujo titular, o General Hugo Banzer, nos recebeu pessoalmente, condecorou o Governador José Fragelli e outras pessoas da comitiva. Enfim, foi o sucesso de uma diplomacia direta sem a interferência do Itamaraty, o que gerou, como S. Ex^o disse, uma ciumada por parte dos profissionais da diplomacia brasileira.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Recebi uma delicada censura do Itamaraty. Então, disse ao Sr. Ministro, aliás, neto de um grande mato-grossense, o ex-Senador Antônio Azeredo: O Sr. que é neto de um Senador por Mato Grosso, quase que vitalício, como foi Antônio Azeredo,...

O Sr. Gastão Müller — Só caiu com a Revolução de 1930.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — ... não poderá negar ao seu Estado esse desejo de estreitar as relações com um país vizinho e mediterrâneo, para melhorar as condições de intercâmbio comercial na economia, sobretudo das áreas fronteiriças, mesmo porque existe um tratado, não me recordo agora, que permite a troca de produtos de províncias ou Estados limítrofes sem o pagamento de imposto. Tanto que o gado do Brasil, às vezes, passa para o Paraguai e, outras vezes, do Paraguai para o Brasil e a mesma coisa acontece com a Bolívia, isso dependendo do preço do gado, umas vezes mais alto, no Paraguai, e, outras vezes, aqui, no Brasil, sem o pagamento de nenhum imposto porque há a respeito convênio do Brasil com os países vizinhos.

Mas, também, lembrei ao ilustre Ministro, de então, das Relações Exteriores, aquela manifestação de que nos

dá notícia José Honório Rodrigues, no seu livro intitulado "O Interesse Nacional e a Política Externa", quando lembrou a manifestação de Carneiro de Campos, em 1831, quando ele escreveu mostrando que nós devíamos modificar a ênfase das nossas relações diplomáticas, não tanto com o velho Mundo, mas com o novo Mundo e os países vizinhos. Permito-me ler esta passagem do livro de José Honório Rodrigues em que dizia Carneiro de Campos:

"Estou firmemente convencido que conquanto tenhamos tido até agora maiores relações com o antigo Mundo ... convém, todavia, principiar desde já a estabelecer e apertar os vínculos que no porvir devem muito estreitamente ligar o sistema político da associação do Hemisfério americano."

Essa manifestação de Carneiro de Campos ficou no papel, infelizmente, há um século e meio. Um diplomata como Carneiro de Campos mostrava a conveniência de nós nos aproximarmos mais dos nossos vizinhos sul-americanos e isso não se fez até agora.

De sorte que quando vem ao Brasil o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, para tratar de renegociação da dívida desse país para com o nosso — até que enfim somos credores de alguém, pelo menos credores de alguém de 200 e poucos milhões de dólares...

O Sr. Gastão Müller — A Polônia também...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Mas a Bolívia acho que tem condições de sair o seu débito para com o Brasil, tem outras condições que a Polônia não tem.

Quero, aproveitar esta oportunidade, insistir na necessidade que temos de não continuarmos de costas, sobretudo, para os países sul-americanos da área do Pacífico, mas, nos voltarmos para eles. Porque ninguém há de duvidar que a expansão principalmente das indústrias de São Paulo e de Minas Gerais deverá ter, num futuro que não há de ser longínquo, um mercado ativo nesses países da América do Sul.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite-me V. Ex^o um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Ouço V. Ex^o, com muito prazer, nobre Senador Helvídio Nunes.

O Sr. Helvídio Nunes — Ilustre Senador José Fragelli, vez por outra V. Ex^o brinda o Senado com aulas magistrais.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado, é muita bondade do V. Ex^o.

O Sr. Helvídio Nunes — Hoje, confirmado mais uma vez a regra, V. Ex^o está discorrendo não apenas sobre a atualidade do relacionamento do nosso País com a Bolívia, mas sobretudo mostrando a necessidade de uma aproximação maior com aquele país vizinho. Assim fazendo, coadjuvado pelos Senadores Passos Pôsto e Gastão Müller, V. Ex^o ministra uma aula, nos dá esclarecimentos...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não tenho essa competência, meu nobre colega.

O Sr. Helvídio Nunes — ... nos ensina, sobretudo aos nordestinos, muita coisa que não sabíamos, ou já havíamos esquecido, sobre aquele importante país nosso vizinho. De maneira que, neste aparte, eu quero parabenizar V. Ex^o pelos ensinamentos que a todos nos transmite e pedir que, sempre que V. Ex^o puder, traga assuntos de tal importância como o que aborda na tarde de hoje, para deleite desta Casa. V. Ex^o realmente, está praticando o pan-americanismo.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex^o O aparte do meu nobre colega, Sr. Senador Helvídio Nu-

nes, é um conforto para mim e a sua manifestação, eu a recebo como um brinde do seu magnânimo coração, e que não mereço tanto.

Mas, dizia, então, ao nosso Ministro que era natural que os Estados atlânticos do nosso País insistissem por intercâmbio sempre maior entre o Brasil e os países europeus, e os Estados Unidos, enfim, todos que são banhados pelo grande Oceano Atlântico — porque o chamado grande oceano, sei bem, é o Pacífico — nós do interior, Estados mediterrâneos como Mato Grosso, não tínhamos apenas o direito mas até a obrigação de insistirmos para que o Governo brasileiro voltasse suas vistas, o seu empenho, os seus melhores esforços para um crescente estreitamento das relações de toda a ordem, não apenas comerciais, não apenas econômicas, mas, também, culturais com os nossos vizinhos. E nós podemos testemunhar que já existe esse intercâmbio cultural, como presenciou o nobre Senador Gastão Müller, comigo, vários brasileiros, muitos jovens brasileiros estudando na universidade boliviana de La Paz, como também, acredito, nas duas universidades mato-grossenses há vários estudantes, tanto do Paraguai como da Bolívia.

Eu acho que o nosso País teria, como deve ter, o maior interesse em cada vez mais incentivar esses contactos e essa troca de jovens, brasileiros estudando nos países vizinhos, e trazendo de lá outros moços, para receberem nas nossas universidades a instrução, a educação e osclarecimentos de que têm necessidades.

Eu, vi, meus senhores, digamos assim, um resultado prático disso quando passamos em Roboré. Nessa visita a Bolívia, nós fomos pela ferrovia, justamente porque queríamos conhecer as condições da ligação Corumbá-Santa Cruz. Em Roboré, o Comandante — não me lembro agora o nome do coronel — tinha servido no Brasil, tinha estudado, tinha feito curso de estado maior. Era um desses bolivianos assim todo voltado para o Brasil, até tinha uma filha que se havia casado no Rio de Janeiro. Mais tarde, lá em Santa Cruz, o orador que me saudou também tinha residido muito tempo no Rio de Janeiro, professor, tinha feito cursos. Isso tudo tem uma influência da maior importância.

Quando eu embarcava para a Bolívia, o eminentíssimo General Comandante da Região, que há poucos dias se aposentou no Supremo Tribunal Militar, previdentemente, me advertia: "Governador, na Bolívia há duas tendências: uma pró-Brasil, dos 'cruceños' e a outra pró-Argentina, dos 'paceños'".

Devo dizer que naquela visita a La Paz, todos os contactos que tivemos, desde o Chefe do Departamento de La Paz, portanto, o Governador de Estado, os ministros e todas as autoridades com as quais contactamos, todas eram, à época, muito favoráveis e muito simpáticas ao Brasil.

É verdade que estávamos num momento da melhor expressão brasileira quanto ao prestígio no nosso continente. Eu poderia relatar — mas não devo fazê-lo — nas expressões com que se manifestaram muitas dessas autoridades, que ansiavam para que o nosso País chegassem à Bolívia com mais força. Recordo-me, por exemplo, de que o Banco do Brasil, naquele ano, foi o banco com maior movimento de depósitos na capital boliviana. Todos me diziam: "As nossas simpatias pelo Brasil são muito grandes; os brasileiros são cordatos, os brasileiros são cordiais, os brasileiros são compreensivos, os brasileiros são até afetivos, o que outros não são."

E essas manifestações têm uma importância muito grande. Relataram, por exemplo, sucessos em determinadas áreas fronteiriças com outros países que nunca se deram com o Brasil.

E eu quero dizer, aqui, que, se os srs. Senadores quisessem comprovar o estado de ânimo que existe na fronteira, por exemplo, de Corumbá-Puerto Suárez, deveriam visitar, em qualquer dessas datas cívicas, Corumbá, quando desfilam as Forças Armadas do Brasil — o nos-

so Exército, sediando em Corumbá e a nossa Marinha, com base em Ladário — os colegiais, os bolivianos sempre traziam as suas representações a Corumbá. Lá, a organização sindical existe de verdade e cada sindicato tem a sua bandeira tem os seus representantes. Pois bem, nessas manifestações, nessas passeatas cívicas em Corumbá, nós vemos os representantes da pequena cidade de Puerto Suárez se apresentarem na nossa cidade, desfilando pelas ruas de Corumbá, numa demonstração desse estado de ânimo, graças a Deus, construtivo e unificador, entre as populações fronteiriças do Brasil e da Bolívia. Quer dizer que o próprio povo dá aos Governos, do Brasil e da Bolívia, esse exemplo de estreitas e afetivas relações. Deveria, portanto, o nosso Governo seguir o exemplo do que realmente se pratica como fraternidade continental, como fraternidade de relações entre os dois países, em toda a fronteira brasileira ou boliviana.

Agora mesmo — e vou terminar, Sr. Presidente, porque poderia ainda relatar vários outros fatos — diz-se que estão sendo desmentidas as notícias de que tivesse havido uma invasão brasileira em território boliviano. O desmentido foi feito e ontem assistimos pela televisão uma nota oficial do Exército boliviano, dizendo que, absolutamente, não houve nenhum incidente de fronteira, acrescentando até que é comum militares brasileiros irem a território boliviano, ali circularem à vontade e a mesma coisa dos militares bolivianos em território brasileiro, o que nós podemos atestar como verdade.

Estas são relações, como disse, construtivas, que devem permanecer. É preciso que os Governos, seguindo o exemplo das populações, estabeleçam relações não só diplomáticas, mas de toda ordem, não só econômicas, não só de interesses, mas também relações de ordem cultural, para que se estreitem os laços que prendem a Bolívia ao Brasil.

Mário Travassos, nessa obra preciosa que é a "Projeção Continental do Brasil", mostra a importância da Bolívia para a Nação brasileira. Acho que, atualizadas as lições memoráveis de Mário Travassos, as linhas por ele traçadas devem conduzir a nossa política em relação a esse Estado mediterrâneo. Sobre tudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para encerrar, gostaria que, nesses entendimentos, não só os projetos a que se referem as autoridades brasileiras e bolivianas, projetos rodoviários, hidrelétricos, barragens, várias construções, mas que, sobre tudo, se chegasse àquele entendimento tantas vezes ensaiado e colocado na mesa das negociações entre os dois países: que o Brasil pudesse dar um porto na baía que liga Corumbá a Puerto Suárez, pelo qual a Bolívia pudesse fazer as suas exportações. Mesmo que fosse através da cidade de Quijarro. Várias vezes, o Brasil e a Bolívia já tiveram entendimentos para a construção de um porto em Quijarro. Eu acho que essa seria a maneira de consolidar as nossas relações com a Bolívia. Ali, no canal do Tamengo, sendo ele devidamente preparado, pode ser construído um porto em Quijarro, para a Bolívia. Não terá as proporções e as condições de um porto no oceano, como a Bolívia deseja, mas será uma saída para a Bolívia, para as suas exportações, tanto através do rio Paraguai, como através do Noroeste do Brasil.

Esta é a lembrança que eu faço, neste momento, procurando dar, digamos assim, uma pequena, mas acho que sugestiva contribuição, objetiva, para as relações entre o Brasil e a Bolívia. Faço mesmo um apelo ao Governo brasileiro, à Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, ao Ministro das Relações Exteriores, para que tomem na melhor e na maior consideração as reivindicações bolivianas quanto à renegociação da dívida e de todos os projetos para os quais eles pedem a ajuda brasileira, porque eu acho que tudo que o Brasil investir na Bolívia, ainda será pouco, para os projetos que a Nação brasileira deve desenvolver em futuro próximo, como

sem dúvida nenhuma a maior potência na América do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMARQUECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Altevir Leal — Raimundo Parente — Cláudionar Roriz — Galvão Modesto — João Castelo — João Lobo — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Alíano Franco — Lomanto Júnior — Amaral Peixoto — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Derval de Paiva — Benedito Canelas — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

- Requerimento nº 806, de 1983;
- Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983;
- Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1983;
- e
- Projeto de Resolução nº 111, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está finda a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de Direito Tributário, e dá outras provisões, tendo

PARECERES, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, 866 e 867, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade jurídica; 2º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Finanças, nos termos de Subemenda substitutiva que oferece;

— de Economia, favorável; e
— de Finanças — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento (reexame solicitado em Plenário) favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária de 28 de abril de 1982, tendo a votação adiada em virtude da aprovação, pelo Plenário, de requerimento solicitando o reexame da Comissão de Finanças.

De acordo com o inciso II, alínea a, do art. 322, combinado com o art. 328 do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo nominal.

Tendo havido, entretanto, acordo entre as Lideranças, a matéria será submetida ao Plenário pelo processo simbólico.

Em votação a subemenda substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a subemenda substitutiva, ficam prejudicados o projeto e o substitutivo da Comissão de Finanças.

A matéria vai à Comissão de Redação, a fim de ser redigido o vencido para o turno suplementar.

E a seguinte a submenda substitutiva aprovada

Dá nova redação ao inciso V do artigo 1º da Lei Complementar nº 4, de 2-12-69 estabelecendo o deferimento do ICM, na importação de matérias-primas destinadas à industrialização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do artigo 1º da Lei Complementar nº 4, de 2 de dezembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

V — As entradas de mercadorias importadas do exterior, quando destinadas à utilização como matéria-prima em processos de industrialização, em estabelecimento do importador, são fatos geradores de imposto sobre circulação de mercadorias, cuja incidência ficará deferida para o momento da saída, do estabelecimento, dos produtos industrializados resultantes."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 793, de 1983, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial Mista que deverá ser formada de 11 Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País.

Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT) — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estou a par de que o eminente Líder do PDS, no momento, vai rejeitar. E como o PMDB, sistematicamente, vem pedindo verificação de votos, no caso da proposta de autoria do Senador Henrique Santillo adiante a V.Ex^e que o PMDB requer verificação de votação, no caso da rejeição já proclamada pelo eminente Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Gastão Müller — Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Será feita a verificação requerida pelo nobre Senador Gastão Müller. (Pausa.)

A Presidência verifica que não há quorum em plenário para a liberação.

Atendendo a dispositivo regimental, a sessão será suspensa por alguns minutos e acionadas as campainhas para convocar ao plenário os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 55 minutos, sendo reaberta às 16 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está reaberta a sessão.

Persistindo a inexistência de número, a Presidência se dispensa de proceder à verificação solicitada.

A votação do requerimento fica adiada para a sessão ordinária de amanhã.

Em razão disso, os demais itens da pauta. Projetos de Lei do Senado nºs 280/80, 39/83, 70/83, 21/83 e 337/81, dependentes de votação e constantes dos itens 3 a 6 e 8 da pauta, respectivamente, deixam de ser submetidos ao Plenário, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passaremos, então, ao item nº 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1983 (nº 5.978/82, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, que autorizou a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 891, de 1983, da Comissão — de Legislação Social.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO (PDS — PI) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em São Paulo realiza-se esta semana, o XVI Congresso de Informática. É um grande acontecimento sobre o qual não podíamos deixar de falar.

— É sintomático, Srs. Senadores, que tal acontecimento se dê no mais forte, mais desenvolvido e rico Estado brasileiro. Os seus empresários e intelectuais, já estão convencidos, talvez antes dos outros brasileiros, que a esperança do futuro, esteja na civilização da informática.

Desde os primórdios da humanidade que os números representam um estranho fascínio sobre os homens. Só os magos, os sábios, os manejavam bem. Já Pitágoras confeccionava tábulas de números que chegaram até nós: A tabuada. A poderosa mente de Pascal construiu uma máquina complicada cheia de engrenagens, que somava e subtraiu e, além disso, guardava a memória, primeira digital que o homem conheceu.

Leibnitz inventou uma aritmética simplificada, criando a escrita binária, onde somente dois símbolos, zero e um eram usados. Daí para a frente, tudo foi mais simples para as calculadoras, para os computadores e para os minicomputadores. Babbage esquematizou o funcionamento dos computadores. Schokley inventou os transistores. Vários outros sábios deram sua contribuição e já agora principalmente os japoneses com a miniaturização de máquinas potentíssimas e de capacidade insuspeitada. A grande aventura da informática, estava deflagrada.

Srs. Senadores, a desorganização que estamos enfrentando, que conseguimos identificar em todos os países do mundo desenvolvido, em desenvolvimento e subdesenvolvido, talvez mereça um enfoque diferente. Talvez estejamos interpretando tudo errado.

Não é admissível, que mentes poderosas em quase todos os países, não tenham encontrado solução para deter a violência, o terrorismo, o desemprego cada vez maior, a inflação assustadora que corroem todas as economias, os enormes déficits e o permanente desequilíbrio das balanças de pagamento.

Tudo isso está acontecendo e sem solução à vista, porque estamos vivendo uma época de transição, entre uma

civilização e outra. Várias fases da história da humanidade sofreram idêntico impacto. A primeira onda da história da civilização foi a de que impôs a fase agrícola: grandes latifúndios, cidades agrícolas se estabeleceram e destruíram os nômades guerreiros, tribos de pastores que vagavam com seus rebanhos em busca de alimentos.

De repente, outra onda formidável cresceu, inchou e desorganizou toda estrutura vigente do sólido mundo agrícola: foi a onda da civilização industrial. Todo o mundo convulsionou-se em revoluções, em mudanças que atingiam até o interior dos lares: a Revolução Russa, a Revolução Francesa, a Revolução Americana etc. ...

Calcule-se a angústia, a perplexidade daqueles homens, daqueles políticos, daqueles países.

Por isso, achamos que homens como Alvin Toffler, Galbraith, Servant Schreiber talvez estejam certos. Estamos assistindo os estertores da civilização industrial. O industrialismo está morrendo sob o impacto de outra civilização. Cumpre-nos ter a visão correta da hora presente e aceitarmos a nova ordem. Tudo vai mudar, como mudou na passagem da fase agrícola para a industrial. Mudo o tipo de energia: Tração humana, animal e madeira, renováveis, para a energia concentrada, fóssil, não renovável (carvão e petróleo). A cultura também vai mudar. Não haverá mais padronização, cronometragem, dogmas do industrialismo. Outro tipo de comportamento instruirá a nova civilização.

É indispensável que assumamos a responsabilidade da mudança. Toda mudança é traumática e a experiência está demonstrando que as classes dominantes, a classe política privilegiada, são as que mais resistem a ela.

Entretanto, não há razão para temermos a civilização da informática, da automação. Ela não gera desemprego; a menor taxa de desemprego do mundo é do País mais informatizado, o Japão. É essa abundância de superfluo, de utilidades eletrônicas, não é resultante da informática. Elas não são abundantes no Japão. São resultantes de culturas fúteis e levianas.

Pela primeira vez, os países subdesenvolvidos vislumbram uma possibilidade de acompanhar o desenvolvimento de eliminarem a brecha entre eles e os desenvolvidos.

A informática prescinde da fase inicial do industrialismo. Não precisa queimar as etapas do industrialismo, montando toda uma infra-estrutura. Todos partem do mesmo ponto.

Até a barreira da educação está sendo eliminada na corrida do desenvolvimento. Não há mais necessidade de saber ler ou escrever para a comunicação das máquinas com os homens. Os robôs falam e obedecem ordens verbais.

A engenharia genética, atuando na fase da informática acena ao mundo com a possibilidade da criação de alimentos para toda a humanidade. Pela primeira vez, até os mais pessimistas concordam que é possível fazer alimentos para todas as bocas. Pela primeira vez, há esperança de um destino melhor e mais nobre para os seres humanos.

Tudo isso, Srs. Senadores, são reflexões que nos ocorrem neste momento em que registramos o evento que acontece em São Paulo, nesta semana do XVI Congresso de Informática brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL (PDS — PB) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu ia pedir um aparte ao nobre Senador João Lobo, quando inesperadamente, S. Ex^e encerrou o seu pronunciamento a respeito da XVI Congresso Internacional de Informática, realizado em São Paulo. Todavia, amanhã, pretendo ocupar esta tribuna para comentar a minha visita a esta Feira dando a minha impressão, como também dando conta da missão que recebi de representar o

PDS, na inauguração do Centro de Pesquisas de Informática, ontem, na cidade de Campinas.

Evidentemente, o assunto abordado pelo Senador João Lobo é de excepcional importância, sobretudo quando nosso País ainda não dispõe de uma Política Nacional de Informática definida em lei. Este assunto precisa realmente ser discutido amplamente desta tribuna, para que possamos, num prazo razoável, termos condições de propor uma política, para o Brasil realizar-se neste campo. A informática desperta a cada dia maior interesse para a nossa economia, a nossa juventude, e é de fundamental para o futuro do País.

Amanhã, entretanto, terei oportunidade de voltar a este assunto, abordando-o apropriadamente.

Neste momento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria de ler um telex que recebi do Secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, nos seguintes termos:

Telex Circular
Senador Milton Cabral
Senado Federal
Brasília — DF

Levo conhecimento ilustre amigo et conterrâneo Banco do Brasil estah dificultando concessão dos benefícios de prorrogação dos débitos dos proprietários rurais na área atingida pela seca vg exigindo reapresentação de documentos cadastrais et novos documentos pt Transcrevo relação distribuída agência Banco do Brasil Sousa vg caracterizando verdadeiro absurdo pt Abre aspas

a) Títulos de propriedade devidamente registrados no registro de imóveis pt

b) Certidão negativa de títulos protestados nos últimos 5 (cinco) anos et de ações cíveis vg criminais et trabalhistas pt

c) Certidão de quitação de impostos estaduais et municipais pt

d) Certidão negativa de ações cíveis et criminais vg de distribuição obrigatória na Justiça Federal vg et de ações cíveis vg fiscais estaduais et municipais pt

e) Quitação do INCRA-83 pt

f) Certidão vintenária de propriedade do imóvel pt fecha aspas

Para obter tal documentação o agricultor gasta em média trinta mil cruzeiros vg sem levar em conta que chega a perder entre dez et quinze dias de trabalho no seu encaminhamento et recebimento pt Eh importante esclarecer que Banco do Nordeste do Brasil vg Banco Nacional de Crédito Cooperativo et Banco do Estado da Paraíba não fazem tais exigências pt Encareço encaminhar apelo Ministro do Interior vg Presidente Banco Central vg Superintendente SUDENE et Presidente Banco Brasil sentido determinar suspensão imediata tais exigências vg vem trazendo insatisfação et intransquilidade vg laboriosa classe agricultores pt

Cordiais saudações
Elzir Nogueira Matos

Este telex é do dia 3 de outubro recente.

O Sr. João Lobo — V. Ex^e permite um aparte, nobre Senador Milton Cabral?

O SR. MILTON CABRAL — Ouço V. Ex^e com muito prazer.

O Sr. João Lobo — Apenas para esclarecer a V. Ex^e que sobre essa exigência do Banco do Brasil para a assunção das dívidas dos pequenos lavradores do semiárido nordestino, nós já abordamos aqui o assunto, inclusive exibimos a quantidade de certidões, exatamente doze, o que tornava impraticável a assunção do débito. Na segunda-feira, também recebi um telex do Dr. Primo,

Diretor da Carteira Rural do Banco do Brasil — já o trouxe ao conhecimento do Plenário — onde ele dizia que o Banco do Brasil estava instruindo todas suas agências para abrirem mão das exigências para a assunção de dívidas em todos os quadrantes, “desde que — frisava ele — os clientes não tivessem nenhuma inadimplência ou irregularidades praticadas antes”. Na ocasião, li o telex e fiz outro apelo ao Dr. Primo, Diretor da Carteira Rural, que levasse em consideração que há cinco anos o semiárido nordestino estava sofrendo as agruras e as perversidades de uma seca, e não era de se admirar que muitos lavradores, pequenos proprietários, tivessem cometido uma ou outra irregularidade, uma ou outra inadimplência. Não havia, no entanto, razão para que eles fossem penalizados neste momento, e que se estendesse a isenção dessas certidões a todos os devedores que deveriam fazer assunção das suas dívidas. Era este o esclarecimento que eu queria fazer.

O SR. MILTON CABRAL — Agradeço a intervenção de V. Ex^e e queria apenas adiantar que vou chegar ao fim desta minha breve intervenção lendo um telex do Banco do Brasil, nesse mesmo sentido. Aliás, ele já estava no meu gabinete desde sexta-feira passada. Quando recebi o telegrama do Secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, passei o seguinte telex ao Presidente do Banco do Brasil:

Sr. Dr. Osvaldo Collin
Estação destinatária Banco do Brasil — Edifício Sede — Presidência

Agências Banco do Brasil ao fazerem prorrogação débitos proprietários rurais áreas atingidas seca estão exigindo além atualização documentos cadastrais outros novos entre estes certidões negativas vg impostos federais vg estaduais et municipais vg ações cíveis vg criminais et trabalhistas para efeito renovação crédito pt Tais exigências estão produzindo contrariedades conforme apelo estou recebendo para solicitar essa Presidência medidas imediatas sim ajustá-las realidade meio submetido gravíssima crise jah et seu conhecimento pt Cabe observar agricultores perdem muito tempo et dispensem cerca trinta mil cruzeiros com processamento enquanto Banco do Nordeste vg Banco Nacional Crédito Cooperativo et Banco Estado adotam práticas aceitáveis sem perda controle pt Agradeceria sua melhor consideração exame desta matéria pt Atenciosamente pt Senador Milton Cabral

E, agora, no dia 13 de outubro passado, recebi como resposta, telex do Sr. Presidente do Banco do Brasil, nestes termos:

Do: Banco do Brasil — Presidência — Brasília
DF
Para: Exm^o Sr.
Senador Milton Cabral
Senado Federal
Nesta
PRESI 83/5514-151655

Reportando-nos ao seu telex do dia 11 último, apraz-nos informar a V. Ex^e que, dando sequência as medidas de amparo aos rurais afetados pela seca, recentemente as nossas agências foram autorizadas a dispensarem, mediante exame criterioso de caso a caso, a exigência de apresentação de certidões eventualmente necessárias nas consolidações de dívidas desses produtores.

Cordiais saudações
Osvaldo Roberto Collin
Presidente.

Sr. Presidente, este assunto que trouxe à atenção dos Srs. Senadores, aqui confirmado pela nossa Liderança,

através do Senador João Lobo, me leva a congratular com o Presidente do Banco do Brasil, por ter atendido, em curto espaço de tempo, às justas reivindicações dos agricultores nordestinos.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. MILTON CABRAL — Com prazer, nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. Dinarte Mariz — Nobre Senador Milton Cabral, V. Ex^e traz ao conhecimento desta Casa a consolidação de dívidas do Banco do Brasil, ou melhor, dos bancos oficiais. Verdade que havia — como V. Ex^e acentuou — divergência muito grande entre o Banco do Nordeste e outros bancos oficiais. Também recebi telegrama do Banco do Brasil me comunicando que havia abolido aquelas exigências. No entanto, há problemas que precisam ser considerados. Por exemplo: o Banco do Brasil achou por bem mandar protestar títulos de vários pecuaristas, considerou mesmo que aqueles que tivessem títulos protestados não podiam merecer o reajuste que o Banco Central — Portaria nº 789 — recomendara. Deveríamos nós, nordestinos, nos reunir para buscar um esclarecimento. Há um trecho dessa Portaria nº 789 que diz mais ou menos: “não receberão os favores desta Portaria os agricultores que fizeram empréstimos para engorda, para recria, salvo se for constatado que houve durante esse período, prejuízo decorrente da seca”. Perguntei ao Vice-Presidente do Banco do Brasil, Dr. João Paulo, sempre um homem muito gentil, muito à mão para ter um diálogo, perguntei-lhe se havia necessidade de se procurar saber se um pecuarista, durante 5 anos de seca, tinha tido prejuízo no seu rebanho.

O SR. MILTON CABRAL — Permita-me interrompê-lo.

Foi medida adotada pelo Banco Central e, depois, estendida aos avicultores dos locais atingidos por calamidades. Esses avicultores tiveram a prorrogação da cobrança dos seus débitos.

O Sr. Dinarte Mariz — No Rio Grande do Norte os títulos estão sendo protestados.

O SR. MILTON CABRAL — Tinha a finalidade de atender os agricultores atingidos pelas calamidades nos Estados do Sul, sobretudo os avicultores.

O Sr. Dinarte Mariz — A portaria do Banco Central se referia ao problema da seca, porque até então não havia ocorrido enchentes, inundações no Centro-Sul do País. A portaria do Banco Central referia-se exclusivamente ao Nordeste, tanto que diz: “... salvo se for provado que houve prejuízo decorrente da seca”. Então, perguntava eu ao Dr. João Paulo, Vice-Presidente do Banco do Brasil, há necessidade de provar que onde houve cinco anos de seca, os rebanhos não sofreram prejuízos?

O SR. MILTON CABRAL — Era regulamentar o óbvio.

O Sr. Dinarte Mariz — Levei ao conhecimento do Dr. João Paulo, há uns 10 dias, a portaria do Banco Central. Ele faz a ressalva. Perguntei-lhe: nós que estamos com cinco anos de seca, reconhecida pelo Governo, que decretou emergência em toda essa região, há necessidade de comprovação? S. S. me prometeu que ia reestudar o assunto. A verdade é que ainda há gente com título protestado na minha região. Devíamos nós do Nordeste realmente tomar uma posição correta, de colaboração com o Governo, pois tenho certeza de que o Governo do General João Baptista de Figueiredo não quer prejudicar ninguém, quer amparar. O dinheiro que se está gastando com o Nordestino é muito. No Nordeste temos casos

que parecem inverídicos. Por exemplo, temos uma barragem construída no Vale do Açu, um dos melhores vales secos do Brasil. As águas dessa barragem vão atingir a cidade de Jucurutu, no Rio Grande do Norte. No projeto há um dique, para evitar que a cidade seja inundada. Construíram a barragem, e agora dizem que não há dinheiro para se construir o dique. Se vier chuva suficiente para encher essa barragem, e não há dúvida nenhuma de que ela enche até sem chuva, porque os açudes do alto sertão da Paraíba estão soltando água e a barragem já está com mais de 200 milhões de metros cúbicos, sem chover; se vier chuva suficiente, Jucurutu ficará toda inundada. Já se pensou sobre essa situação? Então, não se venha dizer que se está gastando dinheiro no Nordeste. Não. Estamos gastando dinheiro com os flagelados, mas em obras, não. No Rio Grande do Norte não temos nenhuma obra significativa em relação à economia do Estado. Nós do Nordeste — volto a dizer — precisamos nos reunir, examinar, verificar a situação e levar ao conhecimento do Presidente da República muitas coisas. Por exemplo, quem é que orienta a política ruralista do Banco do Brasil para o Nordeste? V. Ex^{te} poderia dizer-me?

O SR. MILTON CABRAL — Deve ser Diretor da Carteira Agrícola.

O Sr. Dinarte Mariz — O seu nome?

O SR. MILTON CABRAL — Seu nome me foge à memória agora.

O Sr. Dinarte Mariz — É um professor, filho de Santa Catarina. Estamos com 5 anos de seca e ele nunca foi ao Nordeste. Pergunto se esse homem está habilitado? É o Sr. Primo Vaz, um homem eminentemente competente, mas naturalmente para desenvolver um projeto...

O SR. MILTON CABRAL — Nunca foi ao Nordeste? É curioso.

O Sr. Dinarte Mariz — Durante 5 anos não foi até hoje ao Nordeste. Pergunto se S. Ex^{te} está sabendo o que é o Nordeste e se pode realmente tomar alguma medida em benefício do Nordeste. São fatos como este que ocorrem em quantidade no Nordeste. O Governo determinou agora, não haver aumento do preço da energia elétrica nos Estados onde ocorreram inundações. Nós, que estamos com 5 anos de seca, estamos hoje pagando energia 70% mais cara que a da Região Centro-Sul do País. Sou solidário com todas as medidas que foram adotadas para o Centro-Sul do País, mas sabemos que os prejuízos do Centro-Sul do País são recuperáveis até num ano, porque, com as chuvas que estão chegando agora, estão avançando uma safra de soja imensa.

O SR. MILTON CABRAL — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão anunciando uma safra recorde, no mesmo ano da calamidade.

O Sr. Dinarte Mariz — Estamos com 5 anos de seca, e o CTA está dizendo que ainda vamos ter mais dois anos. Então, está havendo uma discordância em relação à política que o Presidente Figueiredo quer adotar. Estão gastando muito dinheiro no Nordeste, e estão gastando mal.

O SR. MILTON CABRAL — quarenta e seis bilhões agora em outubro.

O Sr. Dinarte Mariz — Na minha região a situação é de desespero. O município de Caicó, o terceiro município em população do Estado, até 15 dias tinha apenas 1.200 pessoas listadas para emergência, quando outros municípios com menos da metade dessa população tinha 8 mil. É uma discordância. Lá temos as frentes de serviço do Exército, do Estado e do DNOCS. Nenhuma se ajusta

ao sistema da outra. Cada um tem o seu sistema. Estamos numa coisa abandonada. Fui, juntamente com o Prefeito de Caicó, ao Ministro Mário Andreazza, fizemos uma exposição a S. Ex^{te}. Saí de lá confiante. Três meses depois a minha cidade era invadida por 4 mil famintos. E no outro Município, em Serra Negra do Norte, a situação é idêntica. Lá, uma mulher suicidou-se e eu passei um telegrama ao Presidente da República dizendo que estava morrendo gente de fome. Uma pobre mulher, desesperada, suicidou-se e deixou documento dizendo para dar as filhinhos a duas pessoas conhecidas, porque não queria ver as suas duas filhinhos morrerem de fome.

Então, são esses os espetáculos, e eu posso, na minha linguagem, às vezes, em muitas ocasiões, até exagerar, porque, quem é que tem nervos para viver num ambiente desses e se acomodar? Eu que nunca fui acomodado na minha vida, gosto de trazer ao conhecimento aquilo que é verdade. Por que não vão lá? Só se ouve falar em assinaturas de convênios e convênios, mas, lá embaixo, para o povo, não temos medidas suficientes para ampará-lo, ao contrário, as medidas são mal postas e vamos ter um decréscimo imenso na produção, porque não há um fazendeiro que esteja recebendo recursos para tratar a sua propriedade. Eles proíbem até os camaradas que estão alistados nas frentes de serviços a trabalharem nas fazendas. Eu tenho uma propriedade, procurei o Coronel que dirige os serviços e disse-lhe: "Coronel, eu tenho um serviço aqui para 200 operários; o Sr. fiscaliza e eu ponho esse pessoal a trabalhar na fazenda. Eu pago a diária normal e o Sr. paga outra diária. Eles não estão fazendo nada, então esses homens vão realmente poder atravessar a crise mantendo sua família." Mas, não. É crime que um camarada vá trabalhar em outra fazenda; o resultado: ninguém tem dinheiro, ninguém está preparando terra para o trabalho, para produzir. No próximo inverno a produção lá no Nordeste vai cair tremendamente. Eu peço desculpas a V. Ex^{te} por ter tomado tanto tempo do seu discurso, mas eu queria dar este esclarecimento e acho que V. Ex^{te}, que é um dos grandes líderes da nossa região, principalmente lá na Paraíba, devia tomar realmente a iniciativa de promover alguma coisa para esclarecer, nós queremos esclarecer. Esse Professor Faz Primo, que é um homem competente, para ele se assessorar com alguém lá do Nordeste, porque esse povo do Centro-Sul do País é muito difícil assimilar o problema e o sofrimento do Nordeste.

O SR. MILTON CABRAL — Ilustre Senador Dinarte Mariz, V. Ex^{te} que é o defensor número 1 das reivindicações da região nordestina, mais uma vez exibe o seu profundo conhecimento da realidade regional, e brinda este Plenário com apreciações, fruto da sua longa experiência, que se transformam até numa aula para nós, especialmente os da região. Vamos seguir os seus conselhos. Agora, estamos recebendo um telegrama do Presidente do Banco do Brasil informando que tomou medidas para a renovação dos créditos; V. Ex^{te}, Senador Dinarte Mariz, lembra o problema dos protestos dos títulos que continuam sendo feitos a despeito de regulamentação do Banco Central neste sentido, e aqui cabe um apelo pessoal, e creio, apoiado pelos demais membros desta Casa, aqui presentes para que o Banco do Brasil suspe, também, essa medida.

Então, nobre Senador, vamos sentar à mesa e elaborar um documento, mais um documento, porque se formos contar o número de documentos que foram feitos nos últimos 20 anos, tempo que estou freqüentando as tribunas do Congresso Nacional, acho que precisaremos de um computador.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^{te} mais um aparte?

O SR. MILTON CABRAL — Pois não, Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Senador Milton Cabral, eu queria só aproveitar a oportunidade do aparte do Senador Dinarte Mariz, e também para ver se com o pedido de V. Ex^{te} a coisa terá maior ressonância. A verdade é que está havendo uma confusão na aplicação de instruções de portarias e não está correndo muito bem a coisa pela nossa região. Veja V. Ex^{te}, até agora o Banco do Brasil se nega, terminantemente, a fazer as operações de custeio da safra. No Piauí sempre costumava chover um pouco mais cedo do que no Rio Grande do Norte ou na Paraíba. No Piauí o inverno sempre começava em outubro. Em outubro ou novembro eram as primeiras águas. Então, o nosso caboclo, o nosso lavrador, preparava a sua terra, a sua rocinha, nos meses de agosto ou setembro. Pois bem, nós já estámos em outubro e não choveu ainda no Piauí, não há nenhuma indicação de chuva, não há nenhum sinal de chuva, os mormaços estão muito leves, as nuvens estão muito ralas, não estão indicando chuvas, mas, principalmente, o Banco do Brasil, não aceita fazer o empréstimo de custeio, ele alega que não há indicação de inverno, não há nada para plantar, esquecendo-se de que o custeio para aquela gente é a sobrevivência, é a condição para eles começarem enquanto trabalham a sua terra, quer chova, quer não, que a planta dê ou não, quer o inverno vá até o fim e as plantas produzam ou não, eles não podem prescindir daquelas parcelas do custeio, porque senão vão morrer de fome. O custeio para o homem pobre da minha região significa a sua sobrevivência durante aquela época.

O SR. MILTON CABRAL — A sua sustentação, pelo menos, na propriedade.

O Sr. João Lobo — A sua sustentação na propriedade, senão ele tem que imigrar, tem que ir embora. Outra coisa que eu também queria que V. Ex^{te} enfocasse no seu pronunciamento oportuno nessa tarde é a total falta de sementes para se plantar. Não sobrou nada na nossa região, não há sementes de milho, não há sementes de arroz, não há sementes de algodão. O Governo precisava providenciar com urgência essas coisas. E nenhuma providência até agora foi tomada neste sentido, nem pelo Ministério da Agricultura, nem nas secretarias de agricultura, nem na EMATER, nem no Banco do Brasil, nem nada. Parece que aquela região está inteiramente esquecida, largada para a destruição, como coisa irrecuperável. Eu queria pedir a V. Ex^{te} que me desculpasse pelo meu aparte.

O SR. MILTON CABRAL — Nobre Senador João Lobo, o que V. Ex^{te} acaba de dizer, em relação ao Piauí, evidentemente se estende a todos os demais Estados da região e eu tenho registrado as mesmas observações em relação à Paraíba: o retrato é o mesmo em toda a região.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao encerrar esta minha breve comunicação, abordando essas questões de interesse direto da região nordestina, quero, ao final, congratular-me com o Senador Dinarte Mariz pela sua lembrança, e vamos tentar colocar no papel algumas idéias para levar ao Senhor Presidente da República, lembrando que foi S. Excelência o grande inspirador da COCENE, que resultou no trabalho mais sério, mais importante já realizado no Parlamento Brasileiro sobre o desenvolvimento do Nordeste. E seria de uma oportunidade ímpar renovarmos agora, não com aquela estrutura que foi montada anteriormente, mas, pelo menos, com um grupo de trabalho para elaborar um documento bem autêntico, que apresente um resumo dos graves problemas que ainda afligem a nossa região, com suas respectivas propostas de solução.

O Sr. Dinarte Mariz — V. Ex^{te} me permite um aparte? (Com assentimento do orador.) — Eu gostaria de, numa rápida intervenção ao discurso de V. Ex^{te}, lembrar que,

aqui neste plenário, as Lideranças de todos os Partidos já se solidarizaram conosco em relação aos problemas nordestinos. Então, nós poderíamos aproveitar a oportunidade para fazermos uma emenda constitucional que obrigasse — porque a própria Constituição seria obrigada a ser cumprida — a defesa da situação do Nordeste, não só nesta fase mas, notadamente, no futuro para que as outras gerações, beneficiadas com essa emenda, não viessem a passar pelo que estamos passando, para que não vissem conterrâneos nossos morrendo de fome como eu vi e testemunhei. Então, tenho a impressão que seria uma grande iniciativa que poderíamos tomar, e ninguém melhor do que V. Ex^o para coordená-la com o que todos nós estamos de pleno acordo. V. Ex^o poderia muito bem coordenar essa idéia, introduzindo na Constituição aquilo de que estamos precisando. Na realidade o Governo tem muito boa vontade, mas o Nordeste é sempre ausente. O homem do Sul não comprehende o Nordeste e estamos despovoado de nordestinos na administração Federal. Não temos ninguém.

O SR. MILTON CABRAL — Despovoado é o termo.

O Sr. Dinarte Mariz — Os homens do Sul vivem em contato com as capitais, mas a realidade é outra.

O SR. MILTON CABRAL — É outra a realidade.

O Sr. Dinarte Mariz — Nas capitais chove. No litoral chove. Há até uma anedota: "O Ministro saiu daqui para ir cuidar da seca do Nordeste e quando chegou em Natal, na minha capital, não pôde baixar porque estava havendo muita chuva". Contavam isso como um acontecimento. O que revela, apenas, a ignorância da pessoa em relação ao problema do Nordeste. No litoral sempre chove, agora, se a pessoa caminhar cinqüenta quilômetros ela verá uma paisagem diferente: a seca. O que estamos vendo é muita gente querendo assimilar coisas do Nordeste com absoluta ignorância do que está se passando agora mesmo.

O SR. MILTON CABRAL — Senador Dinarte Mariz, é para mim uma honra especial é uma grande satisfação aceitar a sugestão de V. Ex^o de, pelo menos, elaborar um trabalho básico, um papel sobre o qual pudéssemos colocar algumas idéias de reforma da Constituição, tentando enquadrar uma solução permanente para a nossa região.

Mas, evidentemente, eu só poderia aceitar uma incumbência dessa natureza se contasse com um grupo de companheiros presidido por V. Ex^o. Porque V. Ex^o é que é o nosso inspirador maior, V. Ex^o é o nosso líder nesta batalha. Se V. Ex^o assumir esse compromisso eu declaro que também aceitarei o outro.

O Sr. Dinarte Mariz — Eu aceito a incumbência de estar ao lado de V. Ex^o.

O SR. MILTON CABRAL — Na Liderança, presidindo os nossos trabalhos.

O Sr. Dinarte Mariz — Não. V. Ex^o presidindo e todos nós ao seu lado.

O SR. MILTON CABRAL — Mas V. Ex^o é o mais velho, o mais experimentado e o mais preparado de todos.

O Sr. Dinarte Mariz — E gostaria que, desta vez, nós contássemos, como realmente temos condições de contar, com todos os nossos conterrâneos ou patrícios independentemente de legenda partidária...

O SR. MILTON CABRAL — Muito bem lembrado.

O Sr. Dinarte Mariz — ...porque todos são nordestinos.

O SR. MILTON CABRAL — Srs. Senadores, muito obrigado. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÓRTO (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Se há uma instituição que presta os mais assinalados serviços à segurança dos transportes em nossas estradas de rodagem, essa é a Polícia Rodoviária Federal, cujo papel, na prevenção de acidentes, cada dia assume maior relevância, na medida em que lhe fornecem os meios adequados para fazer cumprida a sinalização.

Acontece que, embora se trate de um órgão civil destinado à segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal está atualmente inserida na estrutura do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Embora especializado em trânsito, trata-se de um órgão policial, incumbindo-lhe, por isso mesmo, exercitar aquele "poder de polícia" conferido ao Estado, para levar o indivíduo a cumprir seu dever geral, hoje estendido à prevenção das desordens, como zelo pelo bem-estar físico, econômico e intelectual da população.

O agente policial pode, em nome do Estado, agir preventiva ou repressivamente, como ocorre com a Polícia Rodoviária Federal, fazendo cumprir os regulamentos do trânsito, mas chamada, por vezes, a perseguir criminosos, que buscam se evadir pelas rodovias.

São inegáveis as afinidades operacionais entre a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, apesar de vinculadas a Ministérios diferentes. É que uma e outra exercitam o poder de polícia dentro da área administrativa federal, podendo a primeira apurar ilícitos praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, enquanto a segunda protege, igualmente, os mesmos bens.

Na verdade, a subordinação administrativa da Polícia Rodoviária Federal ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não prejudica suas características e prerrogativas, inerentes ao exercício do poder de polícia. Ademais há, entre as duas, uma área de atuação comum e complementar, permitindo a conjugação de esforços no combate ao crime e à subversão.

Além disso, as funções exercidas pela atual Polícia Rodoviária Federal eram, originariamente, de competência do departamento de Polícia Federal, passando, depois, ao DNER, tanto mais quanto existia, naquela época, no Ministério da Justiça, qualquer órgão que permitisse a utilização de uma polícia rodoviária federal como instrumento de execução de uma política de trânsito.

Mas, atualmente, aquela Secretaria de Estado dispõe do Departamento Nacional de Trânsito, como órgão de administração de atividades específicas, o que recomenda, decretado, o retorno da Polícia Rodoviária Federal aos quadros do Ministério da Justiça.

Assinale-se que a atividade da PRF não é meramente administrativa, pois não apenas fiscaliza o trânsito das rodovias federais, mas também procede à perseguição e à prisão de malfeiteiros, apreendendo os produtos furtados, reprimindo o tráfico de drogas, além de outras atividades ligadas à segurança nacional.

Assim, o seu desempenho é ambivalente, nos campos preventivos e repressivo, pois tanto fiscaliza como persegue, prende e apreende.

A vinculação da PRF ao Ministério da Justiça será o primeiro passo para que obtenha uma estrutura e um estatuto próprios, como convém a uma corporação especializada.

Atualmente, uma parte dos patrulheiros rege-se pela Lei nº 1.711, de 1952, enquanto a outra está sob a égide da CLT.

A solução deste e de outros problemas será facilitada quando esse órgão transformar-se num Departamento de Polícia Rodoviária Federal, dentro do Ministério da Justiça, atendendo-se à conveniência administrativa e a uma justa pretensão dos nossos patrulheiros.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, realizou-se, faz poucos dias, em Diamantino, cidade do Norte de Mato Grosso e que comemorou 255 anos da sua fundação, em setembro último, uma reunião dos Srs. Vereadores da região Norte do Estado.

Intitulou-se o "1º Ciclo de Estudos Legislativos do Norte-mato-grossense".

Foi muito útil tal conclave, pois, os nobres Srs. Vereadores, debateram os seus problemas e dos seus Municípios. Trocaram impressões, cambiaram conhecimentos, enfim houve também a confraternização acima da cor partidária dos srs. Vereadores, como com políticos e administradores de outras áreas da vida político-administrativa. Os nobres Srs. Vereadores, indiscutivelmente, molas mestras da vida política, elementos básicos para a vida partidária, nos Municípios, alicerces de toda a estrutura política eleitoral, ao terminar o 1º Ciclo divulgaram a "Carta de Diamantino" que leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que conste dos Anais desta Casa, do Poder Legislativo, as aspirações dos nobres Srs. Vereadores de uma parcela do nosso Mato Grosso.

"1º CICLO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DO NORTE-MATO-GROSSENSE CARTA DE DIAMANTINO

Como resultado das matérias apresentadas, discutidas e aprovadas em Plenário elabora-se a presente "Carta de Diamantino", visando divulgar o que se propõe:

1º — A realização de Reforma Tributária, nos moldes apresentados na Carta de São Carlos, visando dar aos Municípios condições do recebimento dos valores a que tem direito, endossando-se plenamente os termos elaborados pelos Municípios do Estado de São Paulo;

2º — Que na formação dos novos Municípios, aquele que deu origem aos mesmos não fiquem com menos de 40% de sua área primitiva;

3º — Implantação do programa especial PROMAT, de acordo com o Decreto-lei nº 83.436/79 nos Municípios que não constam de outros programas específicos;

4º — Valorização do Vereador com escolha do futuro candidato das regiões a Deputados pelos das Câmaras Municipais pelas mesmas características econômica política e social e aproximação territorial.

5º — Atendimento Médico e dentário volante nas zonas rurais onde não seja possível a instalação de Postos de Saúde;

6º — Pavimentação asfáltica da BR-163, trecho Posto do Gil—Jangada e da rodovia que liga Barra do Bugres—Denise—Arenápolis;

7º — Conclusão da abertura da estrada MT-010 (Da Baiana) que liga Porto dos Gaúchos à BR-163

Finalmente, que após a realização do "1º Encontro de Vereadores", seja despertado em todos a necessidade de valorização dos membros do Poder Legislativo Municipal do Norte-mato-grossense como única forma de ser fortalecido o poder político e assim obtermos a efetiva abertura democrática à que todos nós dispusemos a conseguir.

Diamantino, setembro de 1983 — Data de comemoração dos 255 anos de sua fundação. Câmara Municipal de Diamantino."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (PDS — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acabé de receber memorial de autoridades, técnicos e plantadores de fumo do município alagoano de Arapiraca. Nele, são relacionadas as atuais dificuldades com que se defronta a lavoura fumageira, base econômica de sustentação daquela comunidade agrestina.

Arapiraca é o segundo grande município do meu Estado. Nele vivem cerca de 100 mil pessoas, segundo o último recenseamento. Sua população economicamente ativa depende, fundamentalmente, daquela solanácea, que encontrou nas terras da comunidade, e de alguns municípios vizinhos, um habitat excepcional. A lavoura demanda solos quentes e chuvas convenientes, em seu curto período de safra, que vai de abril até julho/agosto, para obtenção das folhas, estendendo-se até novembro o beneficiamento primário e preparo da "corda".

As folhas destinam-se a ser traçadas, curadas e convertidas no "fumo de corda", que é consumido, diretamente, nos folclóricos e antológicos cigarros de palha. Mas, destinam-se, também, em uso "mais nobre", à capa de charutos e, dependendo das variedades plantadas, a constituir a matéria prima para cigarros, charutos, cigarilhas e tabaco para cachimbos.

A produção é comercializada de dois segmentos:

1 — Fumo em folhas, sobretudo para exportação, o qual vem paulatinamente ganhando até os mercados sofisticados da Europa (Inglaterra e Holanda), destinado a capas de charutos. O produto de mais baixa qualidade (sapatinha) é vendido aos monopólios estatais da Espanha e da França, como o Régie Nationale de Tabacs e Allumettes.

2 — Fumo e corda, exclusivamente para o mercado doméstico, praticamente em todo o território nacional.

O Rio Grande do Sul é o maior produtor individual de fumo. Santa Cruz do Sul, Candelária e outros municípios têm sua economia baseada na exploração do produto. No Nordeste, apenas a Bahia faz concorrência à minha Alagoas, onde Arapiraca pontifica no setor fumageiro, malgrado a ação de atravessadores baianos, que desde cedo se estabeleceram no município. Formou-se, até, a imagem folclórica da intercomunicação das duas produções, num monte a ser negociado. O bom produto, quando exportado, o era como "da Bahia"; o produto mal preparado, ou de mais baixa qualidade, o era como "de Arapiracá".

Podem V. Ex's avaliar como foi difícil a conquista autônoma de mercado, por parte dos produtores de Arapiraca, tendo de enfrentar uma legenda pouco dignificante e sumamente injusta.

Todavia, a força de vontade e a pertinácia de lavradores, como Eloíso Barbosa Lopes — que também assina o memorial — e outros, como Aurelino Ferreira Barbosa, foram conquistando espaços comerciais e melhorando a qualidade da exploração agrícola, de modo a encarar o mercado com o penache que é preciso, de cabeça erguida e sem postura de mendicância. Foram os bravos produtores fumageiros alagoanos que escreveram seu futuro com tenacidade, a mesma que já tinham manifestado, antes, quando lideraram o projeto histórico que transformou a vida de Manuel André numa das mais vigorosas comunas do Nordeste.

A lavoura de fumo é responsável maior pelos sucessos econômicos do município que, hoje, destina vasta área exclusivamente àquele cultivo. Emprega mão-de-obra local, no curto período de tratos culturais e colheita. Mas

emprega maciçamente trabalhadores durante os quatro meses das operações de beneficiamento. Além dos trabalhadores locais, muita gente das comunidades vizinhas e do sertão tem oportunidade de obter renda fixa, ainda que por alguns meses do ano, somente.

Vale ressaltar, ainda, a importância da exportação de fumo. Faz-se com o fumo em folhas. Para se ter uma ideia, no primeiro semestre de 1983, as agências da CACEX exportaram US\$ 230,0 milhões, em fumo — montante nada desrespeitável ante nosso atual "sufoco". Pela agência de Maceió, foram anotados US\$ 3,9 milhões em fumo da produção do agreste. Além disto, fumos de Alagoas têm saída através de intermediários de Salvador, devendo-se computar como nosso parte dos US\$ 23,7 milhões, exportados pela CACEX da Bahia.

Em âmbito nacional, o cigarro é líder absoluto em recolhimento do IPI. Em 1983 — jan/jun — contribui com Cr\$ 421,5 bilhões num total de Cr\$ 1.095,8 bilhões, ou seja cerca de 40%. Do total de impostos, sua participação vai a quase 10% (de Cr\$ 4.510,3 bilhões).

Arapiraca atravessa momentos de euforia econômica. Numa hora em que o País vai extraordinariamente mal, o pessoal fumageiro vai esplendidamente bem. Enquanto a crise monetária afeta as empresas, pelo Brasil a fora, Arapiraca respira um clima de abundância.

É certo que o bem-estar não é geral. Todavia posso afiançar-lhes, Srs. Senadores, que a taxa de satisfeitos, na comunidade arapiraquense, é bem mais significativa de que em outros rincões. E, também, de que essa riqueza se distribui com mais justiça, no subsector fumageiro que em outros da economia alagoana. É que o tipo modal da propriedade em Arapiraca é a pequena propriedade, menor que 20 hectares. Na lavoura de fumo, diferentemente de outras, o minifúndio não tem nexo de causalidade com a baixa remuneração dos fatores de produção. E nas terras de Arapiraca, de excelente vocação para o cultivo da solanácea, a produtividade do solo é capaz de assegurar, nos pequenos fundos agrícolas, a satisfação das necessidades do contingente familiar e poucos agregados. É comum que ela lhes permita a construção da casa, a compra de uma unidade de transporte de mercadorias e, muitas vezes, um veículo urbano. Mormente em anos como este, em que a conjuntura de mercado é extremamente favorável é enseja bons negócios.

Bendita consequência dessa feliz conjunção de fatores, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é o bom nível de bem-estar e a harmoniosa convivência de que os arapiraquenses desfrutam. E isto lhes veio simplesmente por acréscimo, conforme a palavra divina, em retribuição à sua operosidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Miranda.

O SR. MARCELO MIRANDA (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dia 11, próximo passado, Mato Grosso do Sul comemorou, sem alardes nem despesas, mais um ano de sua curta existência.

A data, 11 de outubro, lembra o ato de assinatura, pelo Presidente Ernesto Geisel, do autógrafo que, dividindo o Estado de Mato Grosso, permitiu o nascimento do Estado de Mato Grosso do Sul.

Efetivamente sua vida própria teve início em 1979. Caminha, portanto, para completar o seu quinto aniversário. Uma vida muito breve.

No entanto, Mato Grosso do Sul já viveu um século nestes cinco anos incompletos. Sacudido por crises políticas terríveis, pagou um preço muito alto por sua independência. Teve três governadores nomeados e um quarto, que por duas vezes assumiu nos intervalos, o presidente da Assembleia Legislativa. Agora tem o seu quinto governador, este eleito pelo voto direito, nas últimas eleições de 15 de novembro.

Vitimado por uma legislação experimental, de gabinete, o Estado ficou à mercê do Palácio do Planalto, como se fora uma capitania. As tramas de gabinete, em Brasília, tinham mais peso que as decisões de governo, no Estado.

O Estado foi duramente castigado, mas os estrategistas de Brasília acabaram por pagar também o seu preço. O caso de Mato Grosso do Sul deve ter sido o maior fiasco político de todos os governos da Revolução. Um homem apenas, de condições psíquicas suspeitas, visivelmente deslumbrado, conseguiu aplicar um espetacular "Conto do Vigário" nos feiticeiros da política palaciana.

Permitiram que no Estado de Mato Grosso do Sul se trocasse tudo, trocando para pior. Trocaram o governo, pelo antigoverno; trocaram todas as lideranças do Partido por apenas uma, que nunca teve partido; trocaram projetos de Governo honesto pelo desgoverno e pela corrupção.

Mato Grosso do Sul conheceu um período de despotismo e de devassidão, sem paralelo nem mesmo na história do velho Mato Grosso. A resposta veio a galope, cavalcando as urnas, na primeira oportunidade em que o povo foi convidado a se manifestar.

Irônico é o destino, às vezes. Todas as lideranças renegadas à época, tidas como superadas pelo místico exorcista de Mato Grosso do Sul, foram consagradas nas urnas, apesar das dificuldades opostas, num pleito opressivo, corrupto, nojento, nunca visto igual mesmo pelas lideranças mais antigas.

Hoje Mato Grosso do Sul respira aliviado, em clima de paz, de ordem e já começo a pensar em prosperidade.

O Dr. Wilson Barbosa Martins resgata, com firmeza, a honorabilidade da administração pública e a credibilidade do Estado. Em sete meses colocou sob controle as abaladas finanças do Estado e paga em dia e com recursos próprios todo o funcionalismo que encontrou em atraso de três e quatro meses.

Um homem sério, reconhecidamente honrado, sem devaneios e demagogias, impõe, com serenidade, a sua imagem ao governo e ao Estado. Imagem esta que chega a Brasília e ao Governo Federal para merecer, como tem merecido, respeito e acatamento.

E foi este novo Mato Grosso do Sul que o ex-Presidente Geisel pode ver, na oportunidade em que recebeu, das mãos do Governador Wilson a Comenda de Grão Mestre da Ordem do Mérito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sua Excelência, o general Ernesto Geisel, certamente se louvou em razões várias para assinar a Lei da Divisão de Mato Grosso, mas o fez consciente de que o novo Estado não o decepcionaria. E deve ter vivido momentos de apreensão, ao acompanhar o inconseqüente noviciado do Estado que fez nascer.

E teve agora creio eu, a grata surpresa de ver Mato Grosso do Sul no bom caminho, conferindo as suas expectativas justamente nas mãos de um homem da oposição, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

E pode constatar que ali se faz oposição dentro e nos limites da melhor democracia, privilegiando a administração e o interesse públicos.

A honraria concedida ao eminente estadista Ernesto Geisel, no Palácio do Governo e pelas mãos de um Governador ex-cassado pela Revolução de março de 64, tem um significado muito maior. Faz meditar sobre os equívocos a que estão sujeitos os atos de exceção ao mesmo tempo em que evidencia a nobreza de espírito e de caráter dos homens bem temperados na vida pública.

A cerimônia reflete, individualmente o sinal dos novos tempos de abertura política e consequentemente democrática, de que dá Mato Grosso do Sul um bom exemplo.

O exemplo de Wilson Barbosa Martins, de desprendimento e de grandeza, expressa a maturidade da política hoje praticada pelo governo no meu Estado.

Mato Grosso do Sul, mercê da independência de seu povo, manifestada com altivez nas últimas eleições, adquire para não mais perder a sua maioria política e haverá de se impor à admiração e ao respeito nacionais.

O diálogo, o entendimento, o respeito mútuo norteiam as ações do Governador que já afirmou não pretender um "governo de terra arrasada".

Registro Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente fato, ao ensejo das comemorações do dia da criação do meu Estado, não apenas para estabelecer o contraste com o passado, mas para valorizar o presente.

Hoje podemos afirmar, com certeza e confiança, que retomamos o caminho, na projeção dos atributos, de toda ordem, que inspiraram e embasaram o ato de criação de nosso Estado. Somos um território dadívoso; somos uma população laboriosa, e agora temos governo. Muito nos urguímos disso!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Um novo rombo de proporções imprevisíveis ameaça desestruturar o sistema Nacional de Previdência Social.

Segundo confessa o próprio Ministro Beltrão, o SIN-PAS precisa de 420 bilhões de cruzeiros para recompor a queda da receita das contribuições, provocada pela recessão. Confirma, assim o Ministro da Previdência Social a alarmante previsão dos técnicos, feita em agosto deste ano, segundo a qual o déficit do sistema previdenciário já naquele mês, ultrapassava a casa dos 410 bilhões de cruzeiros. Acontece que os recursos solicitados para o INAMPS foi de apenas 240 bilhões de cruzeiros, cota esta bem inferior às necessidades deste órgão, as quais, segundo o presidente do instituto, Dr. Aluísio Sales, é de 360 bilhões de cruzeiros. A resposta do Ministro Beltrão ao pedido de suprimento de recursos não convence aos médicos: "Temos que compor tudo dentro do viável, disse o Ministro, o INAMPS pede o que precisa e nós damos o que podemos". É a política do "cada um que se vire como puder". De acordo com essa política, vários órgãos do Sistema Nacional de Previdência, como a LBA, a FUNABEM, o IAPAS, a CEME e o DATA-PREV vão ficar vendo navios, sem nenhum recurso adicional; "terão que se ajustar à situação atual", dançando em corda bamba.

Mas por que este déficit, Sr. Presidente; por que este aperto a ameaçar novamente os contribuintes da Previdência? Simplesmente porque, como denunciou o próprio Ministro Beltrão, "a União deixou de incluir, este ano, no custeio de pessoal e administração 348 bilhões de cruzeiros. Dos 112 bilhões previstos no orçamento, até agora, a União só pagou 35 bilhões de curzeiros." Como sempre a União primando pela inadimplência de seus compromissos, na qualidade de regime tripartite de sustentação do sistema da Previdência Social.

A dívida da União ao sistema previdenciário já ultrapassa décadas. E se fosse contabilizado tudo o que a União deve, a Previdência teria de receber não apenas 348 bilhões, mas trilhões de cruzeiros. Só no ano passado, a União deixou de recolher à Previdência 163 bilhões de cruzeiros. E o mais grave, Sr. Presidente, é que nenhum centavo do Imposto Sobre Produto Supérfluo, criado com o Pacote da Previdência, para sanar o seu rombo, estimado em 1981, em 400 bilhões de cruzeiros, nenhum centavo daquele imposto, repito, entrou nos cofres previdenciários.

A solução que a Previdência pretende encontrar agora, é bater às portas dos bancos, mesmo tendo de pagar juros escorchantes.

E os resultados de tudo isto, Sr. Presidente, são os mais desastrosos. São os pacientes que sofrem de insuficiência renal ameaçados de ficarem sem assistência médica

ca nos hospitais que mantêm convênio com o INAMPS, como denunciou, há dias, o professor Nestor Schor, presidente regional da Sociedade Brasileira de Nefrologistas. É a redução da taxa paga aos hospitais e dos honorários médicos pelos atendimentos e que poderá abrir séria crise no setor de nefrologia, já que a maior parte dos hospitais terá dificuldade em manter unidade de diálise, que, por sua vez, já são insuficientes para o atendimento dos pacientes daquela doença. É o aumento das infecções hospitalares. É a falta de remédios essenciais da Central de Medicamentos distribuídos pelas farmácias do INAMPS, falta esta que já chegou a ponto crítico em todos os Estados do País. Há carência de antibióticos, de anti-hipertensivos, de diuréticos, de vasodilatadores, entre outros remédios. E esta crise, que não é de agora, tende a agravar-se, como afirmou o Coordenador de Assistência Farmacêutica do INAMPS, Dr. Carlos Henrique Prata. A crise está explodindo num momento dos mais difíceis da vida do País; crise econômica gerando o desemprego e a alta vertiginosa dos aumentos dos medicamentos, bem superiores aos aumentos dos orçamentos anuais para a sua compra.

Sr. Presidente, ao lado de tudo isto, as precaríssimas condições de atendimento à população pelos hospitais do governo, situação denunciada inúmeras vezes pelos médicos da rede oficial e que já os levou até a instituirem o "Dia Nacional de Protesto" contra o descalabro reinante e mesmo a ameaças de paralisação dos serviços que não forem de emergência. Com estas medidas, os médicos, mais uma vez, mostram que não estão de acordo com a política de saúde adotada pelo governo federal, e que não podem mais trabalhar nas condições em que se encontram os serviços hospitalares da rede do INAMPS. queixam-se, com razão, os médicos que, até hoje, o Conselho Nacional de Saúde Pública (CONASP) só fez cortar despesas. Que até hoje, não cumpriu suas promessas de aumentar o número de pessoal para os serviços indispensáveis ao atendimento do público e de descentralizar e desburocratizar o setor médico-hospitalar. Não é possível, Sr. Presidente, que ainda se pague Cr\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil cruzeiros) a um médico e que o governo continue teimando em conceder aos médicos da rede oficial apenas 30% de aumento.

Sr. Presidente, diante do morno debate sobre mais uma crise da Previdência, filha dileta da incônia e desasco do governo, que se recusa a fazer os repasses para cobrir despesas administrativas e de pessoal; crise gerada porque os impostos cobrados sobre os supérfluos dos contribuintes desde 1981 nunca foram para os cofres da Previdência; diante deste nova crise, repito, o que se tem a temer, realmente, é mais um sacrifício que se pretenda exigir do povo com novos aumentos das alíquotas. A sociedade brasileira não deve nem tem, condições de pagar este novo rombo da Previdência. Não pode nem deve porque ela não é responsável pelos desacertos de uma política econômica recessiva que asfixia o povo. Colocar papéis no mercado para tentar obeter os 420 bilhões de que necessita a Previdência, também não é a saída que a Nação espera. E não é a melhor saída porque a colocação de ORTNs ou LTNs implicará forçosamente uma elevação da taxa de remuneração desses investimentos, gerando uma outra alta, dessa vez nos juros pagos por aqueles que precisam de empréstimos bancários. Vamos cair, assim, se tal acontecer, num círculo vicioso, que, além de ser inflacionário, porque encarece o custo do dinheiro, afetará, também, o pequeno consumidor na hora em que for fazer seus crediários.

Sr. Presidente, é preciso pôr-se um paradeiro na situação atual de quando falta dinheiro ao contribuinte, ele que trata de apertar o cinto, e quando falta dinheiro ao Estado, ele que vá tomar do contribuinte, como se só o contribuinte fosse o responsável pelas mazelas existentes, ou como se só o contribuinte tenha interesse em resolver, e bem, os problemas que nos afligem.

Sr. Presidente, já foi decretada a tributação dos supérfluos por sugestão do Congresso para aliviar a crise financeira da Previdência, em 1981. Já se majoraram pesadamente as contribuições da previdência social. Já se instituiram alíquotas escorchantes para aposentados e pensionistas. Já se decretou uma emissão especial de 180 bilhões de ORTNs. E tudo isto há menos de dois anos. Há menos de dois anos, Sr. Presidente de sua decretação este pacote de medidas não surtiu o efeito desejado. Nova crise, novo déficit, agora bem mais vultoso, ronda ameaçador à volta dos contribuintes brasileiros.

Para o governo, pouco importa que a opinião pública receba até com perplexidade a notícia de um novo rombo na Previdência ocorrido outra vez em prazo tão curto. Mas, desta vez, esta mesma opinião pública não se conformará que se repitam os mesmos erros de 1981, em particular não se conformará com um novo aumento das alíquotas de contribuição, porque as que foram instituídas já atingiram índices por demais elevados e não é possível continuar agravando o povo com novos ônus.

Se a crise da Previdência vem da recessão, que os geradores da recessão arquem sozinhos com o peso da crise. Se a crise da Previdência vem da recessão, então é o caso de se indagar: que sistema de Previdência é esse que não contempla um mínimo de reservas para superar eventuais dificuldades? Se não há reservas, isto demonstra que o Sistema Nacional de Previdência Social está estruturalmente mal concebido e não adianta nem mesmo, pensar-se em exigir novos sacrifícios do povo decretando o aumento de novas alíquotas de contribuição. Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada na cidade de Parnaíba, Piauí, a 30 de setembro passado, adquiriu, à semelhança das anteriores, as dimensões de um autêntico estírijo das reivindicações nordestinas, — na verdade um magno plenário onde foram avaliados os desafios e as perspectivas da recuperação e desenvolvimento da Região, independentemente da aprovação de alguns projetos previamente encaminhados pelos órgãos técnicos do Governo Federal, dos Estados e da SUDENE.

Nenhum cenário poderia ser mais adequado, nem a ocasião mais oportuna para um clávele dessa categoria, pelo fato de que, as 9 unidades federativas integrantes do Nordeste, então reunidas em Parnaíba, manifestaram suas angústias e formularam seus pleitos num clima de perplexidade e inconformismo, diante das catastróficas proporções de uma seca que vem se arrastando há mais de cinco anos.

Foi nesse ambiente denso de sérias preocupações que, na dupla qualidade de Ministro da Previdência e Assistência Social e de Ministro da Desburocratização compareceu, a convite do Governador Hugo Napoleão, do Piauí, o Ministro Hélio Beltrão, cujo discurso então proferei solicito seja incorporado ao texto desta breve comunicação.

A concisa e lúcida exposição do Ministro Hélio Beltrão versou sobre a atuação daqueles Ministérios na Região nordestina, proporcionando informações objetivas acerca dos dispêndios da Previdência Social — em termos de benefícios, serviços médicos e assistenciais prestados através do INAMPS, da LBA e da FUNABEM, nos Estados do Nordeste.

Dignos de registro especial foram, igualmente, os conceitos emitidos pelo Ministro Hélio Beltrão no que tange à imperiosa necessidade de serem combatidos e erradicados os perniciosos efeitos do centralismo burocrático.

Ao encerrar o seu aplaudido pronunciamento, o Ministro Hélio Beltrão asseverou que as razões de ser e os objetivos prioritários do Ministério da Desburocratização, poderiam ser resumidos como a "revolução da descentralização", e parodiou a velha frase da saúva afirmando: ... "a verdadeira praga do Brasil é a centralização: ou acabamos com ela ou ela acaba conosco", como aliás já vem acontecendo aos poucos.

Eram estas as considerações que desejava fazer neste momento. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

PALAVRAS DO MINISTRO HÉLIO BELTRÃO NA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE REALIZADA EM 30-9-83, NA CIDADE DE PARNAÍBA (PI)

É com profunda emoção que compareço a este grande plenário do Nordeste. Especialmente nesta hora em que se evidencia, em toda a sua dramaticidade, a calamidade crônica da seca, hoje convertida em tragédia, no quadro desolador da fome, do desemprego e do desespero.

Honrado pelo convite de nosso ilustre anfitrião, o Governador Hugo Napoleão, aqui compareço na dupla qualidade de Ministro da Previdência e Assistência Social e de Ministro da Desburocratização.

Gostaria de sintetizar o meu recado em dois pontos básicos:

Como Ministro da Previdência tentarei transmitir-lhes, em largas pinceladas, a dimensão da presença da Previdência Social no Nordeste e, sobretudo, ressaltar o seu papel de poderoso instrumento de redistribuição de renda.

Como Ministro da Desburocratização, insistirei, mais uma vez, naquilo que tem constituído uma pregação constante em minha vida pública: a necessidade imperiosa de extirpar definitivamente da nossa vida política e administrativa a doença crônica da centralização.

Comecemos pelo primeiro ponto.

A Previdência Social é, de longe, o maior organismo administrativo da União e a maior frente de contato do Governo Federal com a área social, isto é, com a área da pobreza, da doença, da desnutrição e do infortúnio.

É sobre a Previdência Social que recai, em última análise, boa parte do preço das graves carencias que ainda se abatem sobre o homem brasileiro e, aqui, nesta região, de forma superlativa, sobre o castigado homem nordestino.

Não admira, assim, que os dispêndios da Previdência Social no Nordeste superem substancialmente o que aqui se arrecada. Como se pode verificar no Quadro I (Projecção) os nossos gastos no Nordeste com benefícios e serviços médicos e assistenciais deverão atingir em 1983 a mais de Cr\$ 1 trilhão de cruzeiros ao passo que a arrecadação de contribuições previdenciárias na região não deverá ultrapassar de Cr\$ 620 bilhões, o que significa uma redistribuição de renda de 380 bilhões por ano. Não há nada de surpreendente, nem cabe ao Ministério nenhum mérito nessa redistribuição. Ela é deliberada e esperada, porque é da natureza do seguro social. O excedente de dispêndios no Nordeste só é possível porque nos Estados mais ricos e de melhores índices de saúde — como é o caso de São Paulo — a Previdência arrecada muito mais do que despende. Esta é uma das características essenciais da Previdência Social: a sua condição de redistribuidor de renda e atenuador das disparidades pessoais e regionais.

Outra informação que põe em evidência a relevante presença do Nordeste é a do Quadro nº 2 (Projecção). Aí se verifica que, em todos os Estados do NE, o que a Previdência aplica em benefícios e serviços assistenciais é superior à receita tributária estadual, ou, mais exatamente,

à receita do ICM. Os benéficos efeitos sociais e econômicos dessa situação parecem irrecusáveis, dada a magnitude dos números envolvidos.

Acrescentem-se alguns esclarecimentos:

Mais de 10 milhões de nordestinos, entre aposentados, pensionistas e respectivos dependentes têm nos benefícios do INPS a sua única ou principal fonte de sustento. Por outras palavras, pelo menos 1/4 da população desta região tem o seu poder aquisitivo assegurado pela Previdência Social.

O INAMPS, diretamente ou através de serviços contratados, realiza mais de 90 milhões de atendimentos médicos por ano no NE, número que está sendo progressivamente ampliado com a implantação do Plano de Reorientação, Integração e Regionalização dos serviços médicos da Previdência Social, que estamos acelerando na região. Assinamos ontem o Convênio de Ação Integrada com o Estado do Piauí. Já o fizemos no Ceará, no Maranhão e no Rio Grande do Norte, devendo a implantação estender-se aos demais Estados até o fim do ano.

21.000 médicos e dentistas, mais de 700 hospitais, com mais de 50.000 leitos, 900 ambulatórios, clínicas e postos médicos integram a rede de assistência médica da Previdência Social no NE. 500 milhões de unidades de medicamentos são distribuídos anualmente pela CEME — órgão de meu Ministério — nesta região, através da rede estadual, do INAMPS e dos hospitais universitários. Essa distribuição será aumentada a partir de novembro com a aplicação de cerca de 24 bilhões de cruzeiros em medicamentos e vacinas, dos quais 12 bilhões a fundo perdido, com recursos do FINSOCIAL. O mesmo acontece com a LBA — também subordinada ao meu Ministério — que, além de Cr\$ 10 bilhões dos programas tradicionais, deverá aplicar, a partir de outubro, cerca de Cr\$ 19 bilhões no NE, obtidos com recursos do FINSOCIAL, especialmente nos Programas de Complementação Alimentar e de Creches, enquanto a FUNABEM estende a sua ajuda a mais de 200 mil menores.

Uma última informação, esta mais diretamente ligada à fase emergencial que atravessa o NE. Há cerca de três semanas convocai todos os Superintendentes do INAMPS no NE e recomendei-lhes que pusessem em execução, no mais breve prazo, um programa de intensificação da presença do INAMPS nas áreas mais atingidas pela calamidade, inclusive e especialmente nas frentes de trabalho e na chamada retaguarda dessas frentes, isto é, no apoio aos dependentes, que permanecem em casa no período de trabalho dos alistados. Esse trabalho já está em execução e deverá ser intensificado a partir de 1º de outubro próximo. Em cada Estado, foi conferida liberdade para o Superintendente escolher o caminho mais adequado ao objetivo pretendido, ajustando-o às peculiaridades locais. A participação dos médicos, enfermeiros e medicamentos do INAMPS far-se-á diretamente ou mediante articulação com as Secretarias Estaduais, com o Exército brasileiro, com a SUDENE, com o DNOCS e outros órgãos federais, estaduais ou municipais, conforme aconselharem as circunstâncias.

Essa cobertura médica emergencial se adiciona ao amplo trabalho de distribuição de alimentos que está sendo feito através da LBA, em decorrência da campanha promovida pela Rede Globo de Televisão.

Fala agora o Ministro da Desburocratização.

No significativo Encontro de Desburocratização que fizemos realizar recentemente em Brasília, resolvi incluir, pela sua relevância, o Tema — "Descentralização e Federação", para cujo debate tive a honra de contar com a participação dos ilustres Governadores de Pernambuco e do Ceará, aqui presentes.

E, ao justificar a inclusão do tema, proferi, em meu discurso introdutório, as palavras que adiante transcrevo:

"Existe entre nós uma curiosa inclinação para raciocinar, legislar e administrar tendo em vista um

país imaginário, que não é o nosso; um país dominado pelo exercício fascinante do planejamento abstrato, pela ilusão de ótica das decisões centralizadas e das concepções macroeconômicas, pelo deslumbramento ante as soluções importadas, sofisticadas e onerosas, incompatíveis com a nossa realidade e com os modestos padrões de renda de nosso povo.

A miragem desse país imaginário tem atrasado o reencontro com a nossa verdadeira identidade e obstruído a redescoberta do Brasil real, constituído predominantemente de gente simples, que permanece à espera de soluções igualmente simples e compreensíveis para os problemas que constituem o drama de seu quotidiano".

"A aterrissagem no Brasil real exige que se proclame com toda a nitidez que o centralismo burocrático vem constituindo o maior obstáculo que se antepõe às nossas aspirações de renovação e à satisfatória solução de nossos problemas econômicos e sociais. A mais importante dimensão da desburocratização, é justamente a descentralização administrativa, pela qual, pessoalmente, nos batemos há mais de quarenta anos, e que está intimamente ligada ao fortalecimento da Federação".

"Estamos convencidos de que o problema mais grave do Brasil é a centralização. Todos os demais não passam de subprodutos."

A concentração excessiva das decisões no nível central da Administração é uma sobrevivência deplorável de nosso passado colonial, que não se coaduna com a urgência de nossos problemas e a dimensão de nosso país.

Esse processo concentrador, inconsciente mas inexorável, que se desenvolveu progressivamente ao longo de nossa História, acabou por entorpecer a Administração Federal, reduzir o dinamismo de nosso desenvolvimento e marginalizar os mecanismos administrativos e comunitários locais.

Movido pela louvável preocupação de fazer face às exigências crescentes de nosso desenvolvimento econômico e social, o Governo Federal foi avocando a si, progressivamente, a decisão e a administração de quase todos os assuntos, grandes ou pequenos, e esvaziando a indispensável autoridade dos Governos locais para solucionar as matérias de seu imediato interesse.

Consequentemente, o equacionamento dos problemas delicados e prementes que interessam ao dia-a-dia do cidadão, e que só podem ser bem resolvidos pela autoridade próxima, foi sendo progressivamente transferido à decisão central, e confiado à exclusiva responsabilidade de grandes e distantes organismos federais, centralizados, vagarosos e uniformizantes. Refiro-me aos problemas básicos de alimentação, saúde, educação, habitação e outros, para cuja solução as autoridades locais não dispõem hoje nem de autoridade nem de recursos.

Esse processo concentrador está, a nosso ver, atingindo a fase de saturação. Tendo assumido toda a autoridade, o Governo Federal acabou involuntariamente por assumir a responsabilidade por tudo de errado que acontece neste País. E, não obstante os seus acertos, o seu empenho e o seu esforço para servir ao bem comum, vem encontrando dificuldade cada vez maior para alcançar a compreensão e o reconhecimento da opinião pública.

Confiamos em que a consideração dessas consequências negativas venha a contribuir para acelerar o processo descentralizador, com que, aliás, se dará cumprimento ao desejo expresso e reiterado do Presidente João Figueiredo.

Enquanto não se realizar a descentralização administrativa não existirá Federação neste País. Enquanto não se desconcentrarem as decisões, as tarefas e os recursos, a autonomia dos Estados e Municípios continuará a representar um conceito muito mais formal do que real."

É importante frisar, neste ponto, que esse processo centralizador, fruto de uma herança cultural, é realmente centenário, e até certo ponto inconsciente. Não pode, portanto, ser debitado a qualquer Governo em particular.

Para prová-lo, nada melhor do que ceder a palavra ao eminente Visconde do Uruguai, notável estadista do Império que, em 1862 — isto é, há 121 anos — já denunciava, em termos candentes, o excesso de centralização.

Tenha a palavra o Visconde:

“A centralização, quando é excessiva, produz graves inconvenientes, principalmente em um país como o nosso, extensíssimo, pouco povoado, onde os diversos núcleos de população vivem espalhados e separados uns dos outros por distâncias imensas...”

“A centralização administrativa tende a multiplicar em demasia as rodas e as peças da máquina administrativa, os empregados, as comunicações hierárquicas do serviço, a papelada, a escrita, as dívidas e as formalidades...”

“É incontestável que a excessiva centralização, quando se juntam a Governamental e a administrativa, não é das coisas mais favoráveis à liberdade dos Cidadãos que peia e embaraça. Fortalece, além do necessário e justo, o Poder Executivo, e põe os Cidadãos na dependência imediata do Poder Central, em negócios nos quais põe essa imediata dependência escusar-se. Um governo bem organizado não deve governar tudo diretamente, e substituir em tudo a sua iniciativa, ação e atividade de todos. Há muitos assuntos nos quais a ação do interesse particular ou local é mais ativa, mais pronta, mais eficaz, mais econômica do que a do Governo...”

“A absorção da gerência de todos os interesses ainda secundários e locais pelo Governo Central, mata a vida nas localidades, nada lhes deixa a fazer, perpetua nelas a indiferença e ignorância de seus negócios, fecha as portas da única escola em que a população pode aprender e habilitar-se praticamente para gerir negócios públicos...”

Como se vê, nada mais atual. Nessa matéria, se alguma coisa mudou, certamente não terá sido para melhor.

A influência conjugada da centralização, da desconfiança e da tutela acabou por construir uma gigantesca e complicada burocracia federal, condenada, por força da própria dimensão, a tornar-se crescentemente insensível à urgência dos problemas que reclamam solução. Como fator agravante, o centralismo burocrático provoca a exacerbão de uma ótica excessivamente central, que tende a aplicar soluções uniformes e padronizadas a um país imenso e heterogêneo, marcado por diversidades e peculiaridades, a reclamar soluções diferentes para problemas diferentes. Essa ótica responde por outra distorção inconsciente, que é a adoção de uma verdade central, à qual se terão de ajustar todas as verdades regionais e locais. Ora, só existe uma verdade digna desse nome: é a que emerge da realidade dos fatos. E esta não está presente no centro, mas na periferia.

Some-se a esses preconceitos e distorções, subprodutos da doença maior da centralização, a inaceitável presunção de desconfiança na capacidade dos administradores locais para dar fiel execução à “verdade central”, presunção freqüentemente implícita nos regulamentos em que se ampara a centralização. E até mesmo uma inadmissível preocupação de que os recursos venham a ser desviados, desperdiçados ou mal aplicados. A experiência demonstra que, pelo contrário, o dinheiro costuma render muito mais a nível local; e que não existe maior desperdício do que o emperramento, a complicação e a lenta resposta da burocracia central aos problemas locais.

Meus Senhores:

A maior e a mais corajosa revolução a fazer no Brasil é a revolução da descentralização.

Mesmo porque a gigantesca e emperrada, burocracia central, além de inviabilizar a Federação, ameaça transformar os Governadores eleitos pelo voto direto de seu povo em pedentes ou, na melhor das hipóteses em despachantes de alta categoria, obrigados ao esforço ingrato de arrancar decisões e recursos que lhes são devidos pela fria, vagarosa, onipotente e Kafkiana burocracia federal.

Parodiando a velha frase da saída, a verdadeira praga do Brasil é a Centralização. Ou acabamos com ela ou ela acaba conosco, como aliás já vem acontecendo aos poucos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária a realizar-se às 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação em turno único, do Requerimento nº 806, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do Art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 1982, de sua autoria, que submete à prévia autorização legislativa a participação das Forças Armadas em operação internacional.

— 2 —

Discussão, em turno único, da redação final, (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 897, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983 (nº 118/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1983 (nº 6.783/82, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Tereza Maria de Souza Corrêa e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 876, de 1983, da Comissão

— de Finanças.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 111, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 870, de 1983), que autoriza a Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná, a elevar em Cr\$ 1.794.315.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, trezentos e quinze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 871 e 872, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

Ata da 182ª Sessão, em 19 de outubro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Cláudionor Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Ályaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 806, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 1982, de sua autoria, que submete à prévia autorização legislativa a participação das Forças Armadas em operação internacional.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 2:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 897, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983 (nº 118/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.

Em discussão a redação final. (Pausa.)
Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.
Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983 (nº 118/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° , DE 1983

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1983 (nº 6.783/82, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Tereza Maria de Souza Corrêa e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 876, de 1983, da Comissão
— de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 111, de 1983

(Nº 6.783/82, na Casa de origem)
De iniciativa do Sr. Presidente da República

Concede pensão especial a Tereza Maria de Souza Corrêa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a Tereza Maria de Souza Corrêa, filha de Antônio Lopes de Souza e Marja Rosária da Conceição, nascida a 26 de julho de 1931, em Turvo — MG, mãe do menor Sínésio Corrêa da Silva, falecido em 21 de novembro de 1973, em consequência de acidente ocorrido em área de instrução militar, a pensão especial, mensal, equivalente a duas vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Art. 2º O benefício instituído por esta lei é intransferível e inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, inclusive pensão previdenciária, ressalvado o direito de opção, e extinguir-se-á com a morte da beneficiária.

Art. 3º A despesa decorrente desta lei correrá à conta de Encargos Gerais da União — recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 111, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu parecer nº 870, de 1983), que autoriza a Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná, a elevar em Cr\$ 1.794.315.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, trezentos e quinze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 871 e 872, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111, de 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná a elevar em Cr\$ 1.794.315.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, trezentos e quinze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 1.794.315.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, trezentos e quinze mil cruzeiros) correspondente a 500.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 3.588,63 (três mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros e sessenta e três centavos) vigente em abril de 1983, o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinada à execução integrada de obras de infra-estrutura e comunitária, a saber: sistema viário, drenagem, desapropriação; saúde e bem-estar social, recreação e lazer; paisagismo e transporte, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente ses-

são, designado para a sessão ordinária de amanhã a seguir.

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1983 (nº 5.978/82, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, que autorizou a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 891, de 1983, da Comissão

— de Legislação Social.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 793, de 1983, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial Mista que deverá ser formada de 11 Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País.

3

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio.

4

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 739, de 1983, da Comissão:

— Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol, tendo

PARECER, sob nº 738, de 1983, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

6

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte

indivíduo de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1981, de autoria da Comissão Especial do Júri Popular, que altera dispositivo do Código de Processo Penal, tendo

PARECER, sob nº 741, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 800, de 1983, de autoria do Senhor Senador José Ignácio, de adiamento da discussão para o dia 27 de outubro.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CARLOS ALBERTO NA SESSÃO DE 18-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CARLOS ALBERTO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os governadores eleitos a 15 de novembro do ano passado têm proclamado em uníssono as dificuldades que encontraram para exercer a missão mais elementar que o eleitorado lhes delegou: governar. A recessão econômica, a crescente da hiperinflação, está gerando dificuldades e obstáculos, que não estão ao alcance dos governadores resolver.

Nossa economia, é notório, é extremamente centralizada nas mãos da União, os recursos repressoados aos Estados e municípios são infinitamente inferiores às suas necessidades. E todos nós sabemos disso.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Pois não.

O Sr. José Fragelli — Não é só a questão de que esses recursos repassados sejam insuficientes, mas nós estamos assistindo, de uns anos para cá, que nem os recursos legalmente devidos aos Estados e municípios lhes são entregues, sobretudo, não lhes são entregues regularmente. Agora, por exemplo, o INCRA está causando um enorme prejuízo às prefeituras, retenho recursos de anos anteriores, não sei bem se três ou quatro anos passados, que já deveriam ter sido entregues aos municípios. Por exemplo, o prefeito da minha cidade, Aquiraz, já veio reclamar, levou a sua reivindicação que, aliás, não é reivindicação, é uma reclamação, a cobrança do que lhe é devido pelo INCRA, e este, sob o pretexto de que estão fazendo os devidos cálculos e reavaliações, não entrega aos municípios o que já devia ter sido colocado nos cofres municipais. Não posso me queixar, no meu tempo de Governo, o Estado recebeu, e à época do preclaro Presidente Médici, ...

O SR. ALBERTO SILVA — E todos os Governos.

O Sr. José Fragelli — ... o governo, pelo menos o do meu estado, e sei que o do Piauí, também, sempre receberam religiosamente. Por exemplo, o Fundo Rodoviário; já no tempo do Presidente Geisel eu sei que o Fundo Rodoviário era entregue com grande atraso a muitos municípios. De sorte que, V. Ex^a está fazendo no seu discurso alguns reparos que devem ser levados na mais alta consideração pelo Congresso Nacional. Acho que nós poderíamos colocar isso até em termos de exigência ao Poder Executivo, porque a anemia dos munici-

pios é maior do que a dos Estados, mas as duas anemias juntas trazem o atraso das nossas regiões por esse Brasil afora.

O SR. CARLOS ALBERTO — É aí, nobre Senador José Fragelli, V. Ex^a que neste momento ocupa a Liderança do PMDB nesta Casa, que eu diria o seguinte: é que não tenho, nos governantes, mecanismos, não tendo, os governantes, condições econômico-financeiras para governar os seus estados, hoje, muitos deles como bodes expiatórios, estão sendo condenados. Mas, a verdade é que nós, que aqui estamos, pretendemos discutir inclusive com V. Ex^a logo mais, tanto uma reforma tributária, como também aquele assunto que, certo dia, aqui conversamos, V. Ex^a, o Senador Alberto Silva e eu acerca do INCRA, ou seja, do Imposto Territorial Rural que o Nordeste está aí pagando sem ter condições.

Agradecendo a participação de V. Ex^a neste meu discurso, prossigo, Sr. Presidente, os prefeitos e governadores de todo o País, têm hoje uma reivindicação comum, e todos nós também: a reforma do Sistema Tributário Nacional. Sem ela os governantes estarão limitados ao mero papel de ordenadores das magras finanças do Estado. Os compromissos de campanhas jamais poderão ser resgatadas, e o eleitor, na sua frustração, os responsabilizará pelo quadro de carência que hoje domina o País. Esse quadro hoje aflige indistintamente todos os Estados brasileiros, os ricos e os pobres, do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

No meu Nordeste a situação é particularmente mais grave; assolado há cinco anos por uma das mais cáusticas estiagens de sua história, o Nordeste viu-se obrigado a conviver com dois dramas paralelos e simultâneos: a conjuntura recessiva e o flagelo da seca. Por isso, mais do que qualquer outra região, sente na carne, na alma, os tormentos da crise. Alguns poderão alegar que o Sul foi igualmente castigado pelas intempéries climáticas, só que lá o drama foi incomparavelmente menor, uma vez que os Estados atingidos dispunham de uma infraestrutura econômico-social bem mais sólida para reagir. E mais, enfrentavam o fenômeno episódico, circunstancial, em nada comparável com o drama da seca que castiga em silêncio o nordestino, há mais de cinco anos, arruinando-lhe a economia e minando-lhe a sobrevivência.

Faço estas considerações a propósito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do excessivo rigor com que alguns órgãos de imprensa examinaram os primeiros seis meses de gestão dos governadores eleitos no ano passado. Nesses balanços não foram levados em conta esses fatos que expus, tratou-se do desempenho dos governadores nordestinos com base num parâmetro comum, aritmético e estatístico. Particularmente no meu Estado, no Rio Grande do Norte, ignorou-se tudo que se tem feito e não é pouco, para amenizar a conjuntura perversa que aflige o Nordeste. O Governador José Agripino, cuja capacidade administrativa foi desmonstrada à exaustão, quando ocupou a Prefeitura de Natal, desempenho esse que lhe valeu a vitória nas eleições de 15 de novembro de 1982, foi injustiçado pelos que se ocuparam em analisar o primeiro semestre dos novos governadores, a partir de duvidosos e misteriosos critérios que se exprimiram através de notas ao desempenho do governador; classificou-se inadequadamente o trabalho daqueles que governam no Nordeste e muito especialmente o nosso Governador José Agripino.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Com muito prazer, nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Carlos Alberto, como disse o nobre Senador José Fragelli, o discurso de V. Ex^a merece a atenção desta Casa e de todo Brasil pela oportunidade do tema que aborda. Naturalmente, quero apenas prestar o meu testemunho da injustiça que se fez

a um jovem como o Governador José Agripino, cuja capacidade de luta, cuja capacidade empreendedora é conhecida largamente no Estado de V. Ex^a e nos nossos Estados nordestinos. Nós, que temos acompanhado a atuação do Governador José Agripino nos plenários da SUDENE ou nas reuniões onde ele se faz presente, queremos deixar aqui o nosso testemunho da presença sempre constante, da atuação indomada e vibrante do Governador José Agripino, quando pleiteia para a sua região, para o seu estado, para a sua gente. Quero asfír os parâmetros, os resultados dos atuais Governadores nordestinos, não quero fazer injustiça a nenhum Governador do Brasil, porque seis meses ou um ano é tempo muito curto:

O SR. CARLOS ALBERTO — Temos que ver as dificuldades que cada um está sofrendo.

O SR. João Lobo — Exatamente! Principalmente numa fase difícil da vida nacional. Todo este País está tumultuado, angustiado, incerto, sem nenhuma perspectiva, principalmente a Região nordestina que está sendo destruída esganada por uma seca que se prolonga há cinco anos. Acabou a sua eficiência, a sua infra-estrutura, a sua poupança. Está acabando até a sua esperança e a sua credibilidade nos homens públicos desta terra, no Governo deste País. Então, V. Ex^a tem a minha palavra de solidariedade quando defende os governadores nordestinos, os governadores brasileiros, principalmente o Governador José Agripino, da injustiça que lhe foi feita pela imprensa.

O SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço a participação de V. Ex^a, Senador João Lobo, que neste momento ocupa a Liderança do Governo nesta Casa, e encontro o seu aparte a este meu pronunciamento, profundamente gratificado.

Continuo, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não estarei sendo leviano se disser que questões menores, de natureza política, contribuiram para que tal distorção ocorresse. O assassinato brutal e repugnante do Prefeito de Angicos, o Sr. Expedito Alves, irmão do ex-Governador Aloísio Alves, repudiado com veemência por todos nós e pelo Governador José Agripino, prestou-se a explorações menores que visavam atingir a idoneidade do Governador. A partir daí, falou-se em omissão do Governador, não apenas naquele episódio específico, mas extensiva às demais questões do interesse público.

Ora, Sr. Presidente, tal acusação contrasta com os dados de que disponho, com as observações que faço atentamente do meu estado, e me considero especialmente à vontade para tratar do tema. Afinal, não influi na composição do Secretariado do Governador José Agripino. Seria, no entanto, omissão se não rebatesse as críticas que vejo serem perpetuadas contra o Governador. Trata-se de administrar experimentado, democrata, que não confunde o exercício da autoridade fundamental para um governante, com o autoritarismo. É possível que se tenha tornado vulnerável aos críticos, na medida em que não se engajou em candidaturas presidenciais, ocupando integralmente o seu tempo e o do seu governo nas questões sociais e econômicas que afligem o Estado.

Digo, Sr. Presidente, com isto, que o Governador não está fazendo politicagem. Está, sim, tratando de governar o Rio Grande do Norte para um povo que está sofrendo, um povo aflito, um povo faminto, um povo empobrecido, um povo que a cada dia, vai entrando num estado de miserabilidade. O fato é que o Governador não foi exatamente pródigo em declarações à imprensa, em torno de assuntos de natureza institucional, não fez ilações sobre a sucessão presidencial, sobre hipotéticas reformas constitucionais ou sobre teses de amplas ressonâncias políticas-partidárias. Não digo que quem o fez, agiu mal; este, seguramente encontrou tempo para tal, em meio a administração mais amena. José Agripino, porém, dedica-se integralmente à tarefa de minorar o so-

frimento do povo do meu Estado e se mais não fez, foi porque não está ao seu alcance a façanha de operar milagres.

Para ser mais objetivo, Sr. Presidente, procurarei evitá juízos de valor, alinharei algumas realizações do Governador, cujos efeitos benéficos qualquer cidadão bem intencionado poderá avaliar: o Governo do Rio Grande do Norte foi o primeiro a criar a cesta alimentar, a tão falada cesta alimentar, desde junho. Pôs em prática esse programa, tendo distribuído até aqui nada menos que 5 milhões de quilos de alimentos a preços reduzidos, marca récorde em todo o território nacional. Foi também o pioneiro na implantação de creches, dentro do programa de emergência, visando a garantir a alimentação das crianças vítimas da seca. Está construindo a Barragem de Campo Grande, único manancial hidrográfico disponível para atender 8 municípios da região do POTENGI a mais castigada pela seca. Ainda este ano, o Governador concluirá 81 quilômetros de rodovias asfaltadas, cujos serviços foram iniciados na atual gestão. O programa de construção de escolas para atendimento da crescente demanda prossegue, apesar da crise, Sr. Presidente. Só em setembro passado, quando a imprensa fez o balanço do primeiro semestre dos novos Governadores, o Governo inaugurou diversas escolas na cidade de Mossoró, criando duas mil novas vagas naquele município.

No setor habitacional, o Governo iniciou o programa de melhorias destinada a beneficiar pessoas que não têm condições de pagar nem mesmo as prestações do PROMORAR. O programa implantado por José Agripino promove a substituição de parede de taipa por tijolo rebocado, construção de unidade sanitária e piso cimentado. Já foram mobilizados recursos destinados a atender até junho de 1984, cinco mil famílias, entre as 23 maiores cidades do Estado.

Apesar das limitações, Sr. Presidente e Srs. Senadores, inerentes à função do Governador, José Agripino não se omitiu quando do fechamento da unidade das confecções Guararapes, na Cidade de Mossoró. Montou um programa emergencial que está garantindo ocupação e renda para as antigas funcionárias da fábrica fechada.

Para não ficar apenas no que foi feito, cito uma iniciativa de relevo, em vias de ser implantada: o Projeto Terra Verde, que consiste em levar ao interior do Estado, provisão, infra-estrutura, legalização fundiária, recursos hídricos e outros serviços básicos. O projeto visa promover em todo o Estado obras de pequena irrigação, dando ao agricultor hoje flagelado, a segurança de que plantando, com ou sem chuva, terá garantido o sustento de sua família.

Não esgonto, nessas citações, as iniciativas do Governo José Agripino. Resumo-as, para não me tornar enfadonho. Creio que tais fatos não chegaram ao conhecimento dos que impiedosamente criticaram o Governador. Creio, também, que o Senado entenderá que em tais circunstâncias, o Governador agiu bem ao sobrepor as questões administrativas ao debate político institucional. Não que este seja desimportante, mas para implementá-lo, o Governador dispõe de um partido político — e este partido é o nosso PDS.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui estou na Tribuna do Senado Federal, para dizer da injustiça que foi causada quando a imprensa julgou o Governador José Agripino.

Seis meses de Governo, Senador João Lobo, e V.Ex* que ocupa hoje, nesta Casa, a Liderança do Governo sape, como nordestino, das dificuldades que enfrenta o seu Governador. Pois bem, Senador José Fragelli, Líder do PMDB nesta Casa, o Governador José Agripino, tem tido um comportamento dos mais dignificantes, porque, na verdade, num momento como este que nós estamos vivendo, enquanto muitos estão discutindo assuntos que não tocam no coração do povo, quando muitos estão discutindo tão-somente a política institucional e estão aparecendo nas páginas de jornais, nos canais de televi-

são, o Governador José Agripino está seguindo para as cidades do interior com a cesta de alimento do pobre, para levar comida ao pobre e matar a fome dos sofredores.

A Sra. Iris Célia — Senador Carlos Alberto, conceda-me V.Ex* um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Com muito prazer, tenho a honra de ter neste meu pronunciamento a liderança do Acre, participando conosco nesta tarde. Ouço, com muito prazer, a Senadora Iris Célia.

A Sra. Iris Célia — Ouvi atentamente o seu discurso nesta tarde, aliás, voltei para ouvi-lo e fiz questão de não interrompê-lo à medida em que colocava um pensamento tão bem estruturado. Regressa de um Estado pobre, que sofre as vicissitudes das dificuldades inerentes à realidade de uma região também carente e, até certo ponto, desprestigiada, sei como V.Ex* se sente. Mas, dois aspectos me chamaram a atenção e me calaram profundamente: quando V.Ex* coloca o problema que a sua comunidade, que os nossos co-irmãos passam tais como o problema da fome, que é o problema mais sério, o que arrasa a estrutura humana, o que não é natural, que é em decorrência, mesmo, de estruturas do sistema; e quando V.Ex* coloca a injustiça que vem sendo atribuída ao seu Governador. Eu, realmente, me preocupo, Senador Carlos Alberto, com a mediocridade, com a falta, muitas vezes, de compreensão e de apoio à verdade, em que se negam as qualidades ou se obscurecem as qualidades, o trabalho, o empenho, daqueles que, realmente se doam, colocam a sua vida em favor da sua comunidade. Tenho acompanhado o trabalho do seu Governador. Se V.Ex* diz que 6 meses é pouco para avaliá-lo eu diria, acrescentando, que o que ele fez em 6 meses é demais para um Governador do Nordeste...

O SR. CARLOS ALBERTO — Muito obrigado.

A Sra. Iris Célia — ...para um Governador de um Estado do Nordeste. É milagre que a imprensa devia relevar, que a imprensa devia considerar num ato de justiça ao trabalho de um homem que luta contra as próprias dificuldades naturais, que luta contra toda a sorte de dificuldades e de pobreza. Eu quero, neste momento, integrar meu pensamento ao de V.Ex*, fazer minhas as palavras de V.Ex* e hipotecar solidariedade a V.Ex*, ao pronunciamento de V.Ex*, ao Governador de V.Ex* e ao seu povo. Muito obrigada, Senador Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Em nome do meu povo, em nome do povo do Rio Grande do Norte e do Governador José Agripino tenho que agradecer, profundamente, por este aparte de V.Ex*, que, em muito, engrandece o discurso de um Senador que, na verdade, procura, nesta tarde, fazer justiça a um governante brasileiro. E V.Ex* me toca profundamente, me faz um homem muito mais sensível na hora em que, lá do Acre, como representante do Acre, vem apartear o Senador e dar testemunho do trabalho, da competência, da lealdade de um governante para com o seu povo.

Eu agradeço a V.Ex* a sua participação.

O Sr. José Fragelli — Permite V.Ex* um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Eu darei, Senador José Fragelli, porque entendo que fazer um discurso nesta Casa sem ter a participação de V.Ex*...

O Sr. José Fragelli — É muita bondade de V.Ex*

O SR. CARLOS ALBERTO — ...é sair daqui entristecido e eu não gostaria jamais de sair entristecido. V.Ex* é um grande valor e eu fico profundamente gratificado em ouvi-lo neste meu discurso. Tem o aparte V.Ex*.

O Sr. José Fragelli — Eu agradeço a excessiva generosidade de V.Ex* para comigo...

O SR. CARLOS ALBERTO — Não apoiado.

O Sr. José Fragelli — ...um provinciano, Senador, jogado aqui na nossa grande Capital. Eu já tive oportunidade de dizer, mas acho que devemos insistir, que não é um bom serviço que a grande imprensa presta à democracia com apreciações, a meu ver, ligeira e pouco aprofundadas como essas que, de um modo geral, foram feitas nos primeiros seis meses da atuação dos nossos Governadores. O povo ficará pensando, então, qual a diferença entre um Governador nomeado e um Governador eleito, se esses que agora, depois de tantos anos foram escolhidos pela vontade popular, pela intuição popular estão se comportando de maneira igual ou até mesmo de maneira a não podermos ser igualados àqueles que por tantos anos foram simplesmente escolhidos pelas cúpulas partidárias do Governo, o povo fica pensando: "para que veio a democracia"? Eu quero ressaltar esse ponto, porque acho que a nossa grande imprensa — acho, não, todos temos certeza disso — tem uma responsabilidade muito grande na formação da opinião pública, que irá incentivar, amparar, estimular a nova democracia brasileira, ou não lhe dará o devido valor, para, possivelmente, voltarmos a um estado de arbítrio governamental. A grande imprensa deveria analisar, através dos seus correspondentes, de uma maneira criteriosa, podemos dizer, estudiosa dos problemas locais, das dificuldades encontradas pelos Governadores, das condições especiais e específicas de cada Estado, para poder formar um juízo sobre o comportamento, a capacidade e os resultados de uma ação administrativa. Eu vou citar um caso: Nós tivemos aqui o Senador José Richa, do Paraná, que sempre se mostrou um profundo conhecedor dos problemas, não só do Paraná, como do País. Eu me recordo muito bem dos magníficos pronunciamentos de S.Ex*, aqui, sobre os problemas do café, do algodão, da soja. Era um homem que, pode-se dizer, fazia praça de conhecimentos aprofundados de tudo isso que de perto fala sobre os interesses do seu Estado.

Não é possível admitir que um homem como esse iniciasse um governo num grande Estado, como é o Paraná, fracassando. No entanto, nós vimos a apreciação muito aligeirada feita na imprensa sobre o Governo Richa. Se há um governador do qual eu tenho a maior confiança no seu desempenho, é o Governador Richa, porque ele deu aqui as melhores provas da sua capacidade e do seu amor no estudo dos problemas paranaenses e até dos problemas nacionais. Mas as dificuldades encontradas por ele, como por todos os governadores — V.Ex* disse muito bem, nessa época de recessão, quadro extremamente agravado, agravado de uma maneira que nós não podemos até avaliar no quadro nordestino, essa imprensa vir fazer as apreciações que fez sobre os governadores, é dar um atestado de que a democracia não poderá, possivelmente, dar os frutos que a Nação e o povo brasileiro esperam.

O SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço o aparte de V.Ex*, Senador José Fragelli. Eu esperava exatamente que V.Ex* assim se pronunciasse como membro da Oposição, também tomando esta posição como nós, aqui, estamos assumindo nesta hora, por entender que não só o Governador José Agripino...

O Sr. José Fragelli — Eu citei apenas um caso.

O SR. CARLOS ALBERTO — Não só o Governador do meu Estado, mas quase todos os governadores foram injustiçados, e digo mais Senador.

O Sr. Enéas Faria — Permite-me V.Ex* um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Darei já o aparte, Senador Enéas. Muitas vezes fazem análises teóricas. Eu me lembro muito bem, era eu Deputado Federal, e os analistas, todos preconizavam a minha derrota como candidato ao Senado. Em momento algum, apareci em ne-

nhuma pesquisa, como Senador eleito. E o que aconteceu? Ganhei com uma diferença, Senador José Fragelli, três da Oposição, com mais um em sublegenda, isto é três do PMDB, um do PTB, um do PT e mais um em sublegenda — seis candidatos — e, mesmo assim, ainda ganhei com 103 mil votos de diferença.

Veja só, é este o comparativo que quero fazer: a análise teórica, porque o cidadão está analisando aqui mas não está sabendo realmente o quadro, lá no Estado. É exatamente o que se fez com José Agripino. É o cidadão analisar o Governador José Agripino, aqui, sem conhecer o que, realmente, José Agripino está promovendo e realizando nas atuais condições no meu Estado.

O Sr. Enéas Faria — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Senador Enéas Faria, é um prazer tê-lo conosco, também, neste nosso pronunciamento.

O Sr. Enéas Faria — Senador Carlos Alberto, ouvi com muita atenção o seu pronunciamento e permaneci quieto e mudo, ouvindo os apartes que se sucederam por uma razão que me pareceu simples. Não conhecendo a realidade do cotidiano, no seu Estado, não poderia aferir o desempenho do seu Governador. Por não poder aferir não me caberia julgar e não julgando não poderia aplaudir ou condenar qualquer atitude. Sobreveio o aparte de S. Ex^e, o Senador José Fragelli, e muito bem colocado. Apenas interfiro para que não pareça — jogada a ques-

tão da maneira como o foi — que estejamos desesperados no Paraná. O grande Senador que foi, hoje o Governador José Richa é o grande Governador que o Paraná conhece. Realiza um grande trabalho, um esforço titânico, permanente, cotidiano, diuturno, em favor das grandes reivindicações do povo da minha terra e do meu Estado. Age permanentemente em consonância com os grandes compromissos que assumiu nas praças públicas do Paraná, irmanado com o povo que o levou ao Palácio Iguacu, ao Governo do Estado. O Paraná sofreu a enchente. Pior que a enchente, talvez, o Paraná vinha padecendo, nobre Senador, de males muito mais graves, muito mais profundos. Foi preciso, e está sendo preciso, colocar a casa em ordem; foi preciso redirecionar a administração pública, foi preciso reequipar a administração, foi preciso reinstrumentalizar a administração, tem sido preciso, no Paraná, se criar praticamente quase tudo novo para que se possa dar curso ao cumprimento dos compromissos assumidos ao longo da campanha e ao longo de todo o trabalho que o meu Partido tem feito, no meu Estado. Apesar disso, apesar do tempo que se gasta, apesar do tempo que se perde, hoje já começam a emergir obras da maior significação, serviços da maior importância estão sendo colocados à disposição da nossa população. Mas, fundamentalmente, a tônica de obras, de serviços, de toda uma estrutura que se monta, a tônica de tudo isso é a efetiva democratização do poder público no Estado do Paraná. E se o Governador José Richa levar a cabo e ao final de sua admi-

nistração a efetiva consolidação desse processo, já terá, só por isso, e tão-só por isso, realizado a maior administração que aquele Estado conheceu.

O SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço o aparte de V. Ex^e e faço votos para que, na verdade, o governador José Richa possa fazer uma grande administração pois, afinal de contas, ele foi eleito pela vontade popular, foi eleito pelo povo do Paraná. E o povo que o escolheu, evidentemente, estará torcendo para que ele acerte, como todos nós também estamos torcendo para que no final do Governo José Agripino, ele possa, então, dar uma resposta àqueles que, hoje, levam e tentam levar a uma situação de extrema dificuldade diante da opinião pública nacional.

Mas, eu espero também — como disse o Senador Enéas Faria que nós possamos ver, amanhã, governantes resolvendo todos os problemas do povo. Evidentemente, estaremos torcendo para que todos acertem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta a minha palavra despretenciosa nesta tarde mas, acima de tudo, palavra de um homem que sentiu dever de vir a essa tribuna para fazer justiça. Justiça a um jovem governante, a um homem de 38 anos de idade, competente, hábil, politicamente, que deu prova e mostras quando Prefeito de Natal. Foi um grande Prefeito, e tenho certeza que ele haverá de ser um grande Governador. Quem viver verá. São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem, Palmas.)